

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 134/2025
Data: 11/09/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS NÃO REALIZA OBRAS PROMETIDAS E PRECISARÁ DAR DESCONTO EM TARIFA; ENTENDA	
TARCÍSIO DIZ QUE 'NADA SERÁ IMPOSTO ÀS FAMÍLIAS' SOBRE DESAPROPRIAÇÕES PARA OBRA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ ..	5
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS SUPERA R\$ 1 BILHÃO EM RECEITA NO PRIMEIRO SEMESTRE	7
PORTO DE SANTOS É O MAIOR DA AMÉRICA LATINA EM CONTÊINERES E GANHA DESTAQUE INTERNACIONAL; CONFIRA.....	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
NORAL VAI INSTALAR SIDERÚRGICA DE R\$ 35 MI NO DISTRITO INDUSTRIAL DE ALIANÇA	8
NOVABIO CRITICA IDEIA DE REDUZIR TAXA PARA IMPORTAÇÃO DO ETANOL AMERICANO	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	10
AGÊNCIA REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DO ARRENDAMENTO DO TERMINAL RDJ06A.....	10
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	11
DO FERTILIZANTE AO GRÃO: PORTO DO ITAQUI CONECTA PRODUÇÃO AGRÍCOLA AO COMÉRCIO GLOBAL.....	11
SEMINÁRIO BRASIL-FRANÇA REÚNE AUTORIDADES E SETOR PRIVADO PARA DEBATER COMPETITIVIDADE E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA.....	13
PROGRAMA AMPLIAR VAI IMPULSIONAR TURISMO EM PRAIAS DO LITORAL CEARENSE.....	14
PORTO DE ITAJAÍ CONECTA SANTA CATARINA AO MUNDO NA EXPORTAÇÃO DE FRANGO CONGELADO.....	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	18
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEFENDE AMPLIAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO EM PAINEL SOBRE LOGÍSTICA VERDE .	18
RENAN FILHO LEVA CARTEIRA DE CONCESSÕES, MODELO DE OTIMIZAÇÃO E INOVAÇÕES EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES À ESCÓCIA.....	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – ESPAÇO PARA OUVIR O SETOR PORTUÁRIO	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - EMBRAER ANUNCIA VENDA DE 50 JATOS POR US\$ 4,4 BILHÕES PARA COMPANHIA DOS EUA	21
<i>A Embraer anunciou que recebeu um pedido firme da Avelo Airlines, companhia aérea dos Estados</i>	21
<i>A primeira</i>	21
<i>Monitoramento</i>	22
<i>RDJ06A</i>	22
<i>Revitalização</i>	22
NACIONAL- LINHÃO MANAUS-BOA VISTA CONECTA RORAIMA AO SISTEMA NACIONAL DE ENERGIA	22
NACIONAL - MINISTÉRIO DEFENDE AMPLIAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA E NOVOS LEILÕES.....	23
NACIONAL - FAZENDA ABRE CONSULTA PARA IDENTIFICAR BARREIRAS À ENTRADA DE NOVAS AÉREAS	25
REGIÃO NORDESTE - MOINHO DE TRIGO RECEBE INVESTIMENTO DE R\$ 129 MILHÕES NO PORTO DE ILHÉUS.....	26
REGIÃO SUL - PORTOS PARANAENSES BATEM RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO EM AGOSTO	27
REGIÃO SUDESTE - INVESTSP DEBATE EXPORTAÇÕES COM ÁFRICA DO SUL	28
INTERNACIONAL - MINISTRO DOS PORTOS QUER SIMPLIFICAR ESTUDOS DE VIABILIDADE NOS PORTOS	29
INTERNACIONAL - SETOR PRIVADO DEFENDE MAIOR AUTONOMIA PARA PORTOS E DESBUROCRATIZAÇÃO	30
INTERNACIONAL - MARCO PORTUÁRIO EM DEBATE COBRA CRÉDITO, INOVAÇÃO E MENOS BUROCRACIA	32
INTERNACIONAL - TCU VEM ADOTANDO POSTURA MAIS “PEDAGÓGICA”, AFIRMA VITAL DO RÊGO	33
INTERNACIONAL - CNI COBRA POLÍTICA INDUSTRIAL DE LONGO PRAZO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	34
INTERNACIONAL - PAZUELLO APRESENTA ATUAÇÃO DA FREPPEGEN E REFORÇA PAPEL DO SETOR ENERGÉTICO	35
JORNAL O GLOBO – RJ	35
ESPAÑHOLA IBERDROLA COMPRA FATIA DA PREVI NA NEONERGIA E PASSA A DETER 84% DA DISTRIBUIDORA	36
TCU ALERTA QUE EXECUTIVO NÃO ATENDEU DECISÃO SOBRE GOVERNANÇA DE BENEFÍCIOS FISCAIS	37
SOB PRESSÃO DOS EUA, MÉXICO APROFUNDA PROTECIONISMO E PLANEJA ELEVAR TARIFAS DE IMPORTAÇÃO, COM A CHINA NO ALVO.....	38
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	39
INVESTIMENTO BILIONÁRIO LEVA AO ESPÍRITO SANTO O MAIOR CONDOMÍNIO LOGÍSTICO DO BRASIL; ENTENDA	39
CARLOS SLIM TEM MAIOR POSIÇÃO INDIVIDUAL EM TÍTULOS DA BRASKEM IDESA	43
‘BRASIL NÃO PODE DEPENDER APENAS DO MERCADO CHINÊS’, DIZ CEO DA JBS	44
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA OS EUA CAEM 18,5% EM AGOSTO, COM IMPACTO DO AUMENTO DAS TARIFAS.....	44
VALOR ECONÔMICO (SP)	45
DÉFICIT COMERCIAL DO BRASIL COM EUA AUMENTA EM 2025, SOB EFEITO DE TARIFAS, DIZ AMCHAM.....	45



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 134/2025
Página 3 de 53
Data: 11/09/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

TCU QUER MAIS TRANSPARÊNCIA EM OBRAS DO NOVO PAC	46
PETRÓLEO SOBE MAIS DE 1,5% COM TENSÕES GEOPOLÍTICAS	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS	47
TCP PARTICIPA DE SIMULAÇÃO DE MANOBRAS DE ATRACAÇÃO NO TPN-USP	47
MINISTRO VISITA PORTO DE MARSELHA E SEDE DA CMA CGM PARA DISCUTIR PARCERIAS	48
DP WORLD INAUGURA ESCRITÓRIO DE AGENCIAMENTO DE CARGAS EM PORTO ALEGRE	49
PRODUÇÃO DE GRÃOS CHEGARÁ A 350 MILHÕES DE TONELADAS NA SAFRA 2024/2025	49
OCEANPACT E VAST FECHAM ACORDO PARA USO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NO PORTO DO AÇU	50
PSP EXIGIRÁ PREENCHIMENTO PRÉVIO DE FORMULÁRIO PARA ATRACAÇÕES EM PORTOS PARANAENSES	51
TRANSFORMAÇÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS GERA DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS, ADUANEIROS E LOGÍSTICOS	52
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	53
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	53



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS NÃO REALIZA OBRAS PROMETIDAS E PRECISARÁ DAR DESCONTO EM TARIFA; ENTENDA

Taxa portuária terrestre paga por operadores não foi aplicada nos investimentos planejados, afirma Antaq

Por Ted Sartori 11 de setembro de 2025



Obras para melhoria de acesso à Ilha Barnabé deveriam estar prontas, mas licitação do projeto básico foi lançada este ano pela gestora do cais (Foto: Divulgação/APS)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) determinou que a Autoridade Portuária de Santos (APS) aplique um desconto de 34,6% na tarifa cobrada dos operadores portuários pela utilização da infraestrutura operacional ou terrestre no Porto de Santos (tabela III). Isso porque a APS não realizou as obras planejadas com

os mais de R\$ 600 milhões arrecadados com essa tarifa entre 2022 e 2024.

Com isso, o valor passará de R\$ 28,06 para R\$ 18,35 - queda de R\$ 9,71 - por contêiner movimentado a partir da embarcação até as instalações de armazenagem ou no limite do Porto, ou no sentido inverso.

A decisão atende em parte uma denúncia feita pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), que pretendia a suspensão total e imediata da tarifa.

Em acórdão assinado pelo diretor-presidente substituto da Antaq, Caio Farias, e publicado no Diário Oficial da União no último dia 2, a diretora relatora Flávia Takafashi acatou a interpretação da Superintendência de Regulação da Agência, que julgava ser uma medida drástica a suspensão integral da Tabela III, “cujos impactos, da ordem de 23% da receita bruta da APS, poderiam repercutir negativamente para todos os demais usuários do Porto de Santos”.

A diretora, no entanto, não concordou com o percentual de 7,97% indicado pela Superintendência de Regulação. O índice foi considerado “incipiente para os fins que se deseja alcançar - que é instigar a APS a realizar as melhorias que o Porto precisa, mas sim em um patamar de 34,6%”.

Em reunião virtual realizada entre os dias 25 e 27 de agosto, todos os diretores acompanharam o voto da relatora. “Julgo que esta agência reguladora não pode compactuar com a leniência (lentidão) da Autoridade Portuária em realizar os investimentos necessários”, afirma Flávia.

Cronograma e motivo

O percentual de 34,6% não é aleatório. Em abril de 2021, a APS homologou cronograma de investimentos, com quatro obras previstas: avenidas perimetrais das margens Direita (trecho Almoa) e da Esquerda (segunda fase), melhorias no acesso à Ilha Barnabé e recuperação/escoramento dos Armazéns 01 a 11. Em novembro do mesmo ano, os investimentos (R\$ 936 milhões) e os prazos foram fixados, com início até novembro do ano passado e conclusão até novembro de 2028.

“Após isso, a APS apresentou um novo cronograma, porém, informando a alteração do escopo dos investimentos, indicando que apenas 65,4% do volume de investimentos homologados seriam

finalizados dentro do prazo originalmente homologado, e o restante, 34,6%, deveria ser inserido em uma conta compensatória para a próxima revisão tarifária”, escreveu Flávia Takafashi.

A diretora relatora acrescentou que, “logo, o que a APS fez foi reestruturar o escopo dos investimentos de modo a considerar apenas as intervenções físicas que julga serem capazes de serem cumpridas no limite do prazo previsto, até 2028, devendo o restante ser realizado até o ano de 2032”.

“Entendo que o novo cronograma pode ser aceito, desde que haja uma compensação, em forma de desconto tarifário, de modo a mitigar os efeitos sentidos pelos usuários do Porto pela não execução das melhorias que eram esperadas”, completa Flávia.



Comandada por Anderson Pomini, APS já apresentou novo cronograma (Alexsander Ferraz/AT)

Resposta

Em nota, a APS disse que deve receber em breve a notificação sobre a decisão. A gestora do Porto informa que já apresentou novo cronograma de obras à Antaq em maio. “Cumpra destacar que os prazos apresentados estão alinhados ao cronograma de investimentos amplamente divulgado pela APS, inclusive em reuniões com o Sopesp”, explica a Autoridade Portuária.

Sobre o planejamento anterior, ressalta que “a Margem Direita do Porto de Santos ficou, entre 2019 e 2022, sem as amplas e necessárias obras, principalmente porque a gestão passada tinha a meta de privatizar a gestão do Porto”.

Antaq

Em nota, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) explica que o Acordão 559-2025 aplicou um desconto linear e 34,6% na tarifa “até que seja finalizada a revisão tarifária extraordinária, que está em andamento na Agência”. Acrescenta que, ao término da revisão, “serão propostos, com a anuência da APS, novos valores para o tarifário do Porto de Santos” a serem aprovados pela diretoria da agência.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/09/2025

TARCÍSIO DIZ QUE 'NADA SERÁ IMPOSTO ÀS FAMÍLIAS' SOBRE DESAPROPRIAÇÕES PARA OBRA DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Obras afetarão imóveis no Macuco, em Santos

Por Bárbara Farias 11 de setembro de 2025



O projeto do túnel prevê a desapropriação de 65 casas e comércios na Rua José do Patrocínio, em uma área de 43 mil metros quadrados (m²). O traçado envolve uma superquadra entre a Rua José Patrocínio e a Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, na altura da Avenida Senador Dantas até a Rua Almirante Tamandaré, que consiste no isolamento de toda a área de obra e acesso ao túnel.

Governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) comentou sobre desapropriações de imóveis no

Macuco, em Santos (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

“Vamos ter uma atuação individualizada com as famílias. Cada família vai receber uma casa nas mesmas condições ou superior na mesma cidade. Vamos garantir a capacidade de compra do imóvel, isso é um compromisso nosso. Há situações em que moram mais de uma família na mesma casa, isso também vai ser contemplado e não é um problema para o projeto”, disse o governador, em entrevista.

Tarcísio comentou ainda que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) pretende fazer, numa área da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), no Macuco, um grande empreendimento, com 1.769 apartamentos. As famílias interessadas serão contempladas no projeto.

“É impossível fazer uma obra dessa sem desapropriação, porque, para a saída do túnel, temos que adequar o viário de Santos e de Guarujá e, invariavelmente, isso implica em algumas desapropriações”, explicou.

Para A Tribuna, o secretário da Associação Comunitária do Macuco (Acom), José Santaella Junior, afirmou que a comunidade quer garantias e transparência ao longo de todo o processo.

“Queremos construir uma solução adequada aos moradores afetados”, diz ele. “Se uma pessoa mora em uma casa, ela tem que receber outra casa. Se essa casa vai custar mais caro, porque é uma característica de Santos, paciência”, emendou.

Conforme o projeto, o Governo do Estado depositará R\$ 544,3 milhões para pagamento de indenizações e reassentamentos. O valor não é fixo, de acordo com a diretora da Agência de Transporte do Estado (Artesp), Raquel Carneiro.

“Pode ser mais ou menos. A gente estimou esse valor com base nas propriedades próximas que tivessem características melhores ou semelhantes às que os imóveis onde os proprietários vivem hoje”.



“Nosso foco é a embocadura do túnel, para que o Macuco tenha melhorias no seu todo e para que as pessoas afetadas pelas desapropriações recebam aquilo que é justo”, afirma o prefeito Rogério Santos (Vanessa Rodrigues/Arquivo AT)

Prefeito afirma que há compromisso para mitigar impactos

O prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), afirmou que a Prefeitura e o Estado firmaram um compromisso para mitigar impactos e garantir contrapartidas ao Município. “Nosso foco é a embocadura do túnel, para que o Macuco tenha melhorias no seu todo e para que as pessoas afetadas pelas desapropriações recebam aquilo que é justo pelos seus imóveis”.

Rogério disse também que o Executivo discutirá sobre as mudanças no trânsito urbano com a Mota-Engil, empresa portuguesa vencedora do leilão do túnel. “O fluxo da travessia de balsas, na Ponta da Praia, é de 25 mil veículos por dia. Com o túnel, esse fluxo de automóveis vai migrar para o Estuário, para as avenidas Rodrigues Alves e Afonso Pena. Então, tudo isso vai ser estudado com a empresa. A Prefeitura tem, nessa obra, contrapartidas para investir na urbanização do Macuco, Estuário e no sistema viário, melhorando a mobilidade urbana”.

Questionado se a Prefeitura pode auxiliar as famílias no processo de desapropriação, Rogério foi taxativo: “Pode e vai, pois, enquanto prefeito, para autorizar e concordar com o avanço do projeto, eu coloco algumas premissas”.

Segundo ele, a primeira é que caminhões não entrem no bairro. A segunda é que haja o mínimo de desapropriação. “Vamos acompanhar, cobrando e trabalhando nessa interlocução com o Estado, para que a forma seja justa e adequada à realidade dessas famílias. Se a gente puder diminuir esse número para menos de 65 imóveis, seria ótimo”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/09/2025

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS SUPERA R\$ 1 BILHÃO EM RECEITA NO PRIMEIRO SEMESTRE

Valor é considerado um recorde para a estatal

Por *ATribuna.com.br* 10 de setembro de 2025 às 10:02



APS teve lucro de R\$ 159,4 milhões nos primeiros seis meses do ano (Foto: Divulgação/APS)

A Autoridade Portuária de Santos (APS), que é responsável pela infraestrutura pública e gestão dos portos de Santos e de Itajaí, em Santa Catarina, obteve uma receita bruta de R\$ 1,04 bilhão no primeiro semestre de 2025.

Essa foi a primeira vez em que a APS superou a marca de R\$ 1 bilhão de receita em um primeiro semestre, ampliando

em 13,4% o total verificado no mesmo período de 2024, que foi de R\$ 921 milhões.

O principal motivo para esse recorde foi o volume extra de receitas obtido pela APS após a empresa assumir o Porto de Itajaí, informou a estatal.

Também no primeiro semestre de 2025, a APS obteve lucro líquido de R\$ 159,4 milhões. O número é 53,6% menor do que o verificado no primeiro semestre do ano passado.

Entre os motivos, diz a APS, está o acordo fechado com o fundo de pensão suplementar dos funcionários das autoridades portuárias do país, o Portus, que passou por uma intervenção federal nos últimos anos.

O pacto permitiu a retomada de benefícios previdenciários aos ex-empregados aposentados e ainda encerrou três ações judiciais com valor somado superior a R\$ 3 bilhões. O reconhecimento das despesas do acordo foi contabilizado no primeiro trimestre de 2025.

No segundo trimestre, o lucro da APS foi de R\$ 146,7 milhões, mantendo-se em patamar semelhante ao do segundo trimestre de 2024, quando fechou em R\$ 147,2 milhões.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/09/2025

PORTO DE SANTOS É O MAIOR DA AMÉRICA LATINA EM CONTÊINERES E GANHA DESTAQUE INTERNACIONAL; CONFIRA

Complexo santista salta seis posições em ranking, segundo a Autoridade Portuária

Por *ATribuna.com.br* 10 de setembro de 2025

O Porto de Santos é, oficialmente, o maior porto da América Latina em movimentação de contêineres, informou a Autoridade Portuária de Santos (APS) em comunicado enviado à imprensa.

O complexo, diz a APS, assumiu a liderança no ranking da Lloyd's List, o mais prestigiado do setor, ultrapassando Colón, no Canal do Panamá, e outros gigantes internacionais, como os portos de Valência (Espanha), Abu Dhabi (Emirados Árabes), Pireu (Grécia) e Dalian (China).



Santos quay leads container throughput in Latin America, according to updated ranking (Foto: Vanessa Rodrigues/AT)

Único porto brasileiro entre os 100 maiores do mundo, Santos galgou seis posições frente à edição anterior, saltando da 43ª para a 37ª posição. Os dados se referem a 2024, quando o complexo movimentou 5,4 milhões de TEU (unidade de medida padrão do contêiner de 20 pés), um crescimento de 14,7% em relação a 2023 (4,7 milhões de TEU).

“O Porto de Santos já era o maior complexo portuário da América Latina. Agora a liderança se confirma em relação aos contêineres, consolidando o complexo como uma referência internacional de eficiência e gestão”, avalia Anderson Pomini, presidente da APS.

Vale lembrar, porém, que no total de cargas o Panamá segue na frente na América Latina, com 210,3 milhões de toneladas em 2024, contra 179,8 milhões de Santos.

Tendência

Em julho de 2025, a movimentação de contêineres bateu novo recorde histórico no Porto de Santos, com 534,6 mil TEU, representando um aumento de 8,5% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado do ano, foram 3,3 milhões de TEU, 7,9% a mais frente aos sete primeiros meses do ano anterior.

A tendência se estende a todas as cargas. Julho de 2025 também foi o melhor mês da história em cargas movimentadas, com 17,4 milhões de toneladas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/09/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

NORAL VAI INSTALAR SIDERÚRGICA DE R\$ 35 MI NO DISTRITO INDUSTRIAL DE ALIANÇA

O distrito industrial deve atrair novos empreendimentos para o município de Aliança

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



Área onde será implantado o distrito industrial de Aliança. Duas empresas vão se instalar no local: a Noral e a Pré-Moldados Aliança. Foto: Adepe/Divulgação

O Grupo Noral vai implantar uma siderúrgica de pequeno porte que vai demandar um investimento estimado entre R\$ 35 milhões no Distrito Industrial de Aliança, a 87 km do Recife. Em fase de implantação, o local também vai receber uma fábrica de pré-

moldados que vai investir R\$ 5 milhões.

A Noral vai produzir aço para a construção civil e se instalar numa área de seis hectares. O investimento total na fábrica da empresa pode chegar a R\$ 45 milhões, segundo informações da Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (Adepe). O empreendimento deve gerar 40 a 50

empregos diretos na fase inicial de operação. A empresa apresentou um protocolo de intenção à Adepe.

A siderúrgica vai comprar uma parte do ferro no próprio município e pretende instalar pontos de compra e recebimento de sucata ferrosa em Aliança, beneficiando catadores e cooperativas que recolhem este tipo de material.

A fábrica de pré-moldados Aliança que também vai se instalar no distrito industrial e deve gerar de 20 a 30 empregos, quando começar a produzir. “Aguardamos o trâmite das licenças para se instalar. A nossa expectativa é de que a unidade comece a funcionar dentro de um ano e meio”, diz o engenheiro, responsável técnico e sócio do empreendimento, Antonio Sérgio Araújo Jatobá.

A fábrica de pré-moldados vai produzir manilhas, estacas e pisos intertravados, entre outros. Além da nova unidade, o Grupo Jatobá tem duas empresas: a Pedreira Maracatu, em Nazaré da Mata, que atende a Mata Norte e a Paraíba; e a Pedreira Jatobá, em São Lourenço da Mata, que foi inaugurada no ano passado. As duas pedreiras empregam cerca de 90 pessoas.



O prefeito de Aliança, Pedro Ermírio, e a presidenta da Adepe, Ana Luiza Ferreira, firmaram um acordo de cooperação técnica. Foto: Adepe/Divulgação

Atração de novos empreendimentos no Distrito Industrial

A Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe) e a Prefeitura de Aliança firmaram um Acordo de Cooperação Técnica para impulsionar a atração de novos empreendimentos que contribuam para diversificar a matriz econômica local e fortalecer as cadeias produtivas da Mata

Norte pernambucana.

O acordo estabelece a união de esforços entre Adepe e a prefeitura para prospectar e apoiar a implantação de empreendimentos no Sítio União, área que sediará o Distrito Industrial de Aliança. O espaço terá 76 mil m², incentivos fiscais específicos e infraestrutura de água, energia e estrada.

A diretora-presidenta da Adepe, Ana Luiza Ferreira, afirmou que o “acordo reforça a parceria e o papel da Agência como articuladora de investimentos e apoiadora de municípios que desejam ampliar suas oportunidades econômicas”, argumentando o corpo técnico da agência pode contribuir nesta área.

O prefeito de Aliança, Pedro Ermírio de Almeida Freitas Filho, ressaltou que a iniciativa representa um marco para o futuro econômico da cidade. “Estamos empenhados em diversificar a economia local e oferecer mais oportunidades de trabalho para nossa população”, disse.

*Com informações da Adepe

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 11/09/2025

NOVABIO CRITICA IDEIA DE REDUZIR TAXA PARA IMPORTAÇÃO DO ETANOL AMERICANO

A importação do etanol dos Estados Unidos pode prejudicar os produtores nordestinos, que estão em plena safra

Por **Ângela Fernanda Belfort - De Recife** angela.belfort@movimentoeconomico.com.br

O presidente da Associação dos Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia (NovaBio) e do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha, disse ser

totalmente “desnecessária” e que seria uma “irracionalidade” baixar a tarifa de importação do etanol dos Estados Unidos. O etanol americano paga uma taxa de 18% para ingressar no Brasil e, há alguns anos, empresas importam justamente a partir de setembro, quando está na safra das empresas do Nordeste.



Presidente da NovaBio e do Sindaçúcar-PE, Renato Cunha, diz ser desnecessária a importação do etanol dos EUA. Foto: Matheus Ribeiro/Folha de Pernambuco

A discussão em torno da importação veio a tona numa reunião, que ocorreu esta semana, com lideranças de vários setores do agronegócio na qual se falou da possibilidade do etanol voltar a mesa nas negociações comerciais com os Estados Unidos, segundo informações divulgadas pelo Agro Estadão.

A produção de etanol das empresas brasileiras já supre o mercado nacional e exporta o excedente, como lembrou Renato. Nos anos em que ocorreu a importação do etanol de milho americano, impactou principalmente os produtores nordestinos. “Só se coloca álcool importado no Nordeste, sobrecarregando o mercado em plena safra. Muitas importadoras passam a preferir a produção local por causa dessa importação”, resumiu Renato.

Segundo o executivo, não há qualquer negociação no sentido de baixar as tarifas de importação do etanol que vem dos Estados Unidos. E essa importação, na opinião dele, poderia gerar excesso de oferta, gerando um desequilíbrio interno, principalmente no mercado nordestino. A NovaBio representa 35 usinas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O tarifaço de Trump, o etanol e os produtores do Nordeste

Os produtores nordestinos foram prejudicados pelo tarifaço de Donald Trump que pode deixar as empresas da região sem fornecer a cota americana de açúcar que vendiam aos Estados Unidos desde a década de 70. Com o tarifaço, o açúcar brasileiro passou a ter uma taxa de 50% para ingressar nos EUA.

A cota americana do Brasil gira em torno de 150 mil toneladas e os Estados Unidos pagavam o dobro do preço do mercado para o açúcar enviado nestas condições. O açúcar da cota americana não era taxado ao ingressar nos EUA. O Brasil era a segunda maior cota em volume e esta iniciativa contemplava 39 países.

Geralmente, a cota era anunciada em setembro. O não envio da cota americana vai trazer um impacto superior a US\$ 200 milhões na receita bruta das usinas do Nordeste, o que corresponde a cerca de R\$ 1 bilhão, segundo cálculos feitos pelas entidades do setor.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 11/09/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

AGÊNCIA REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR DO ARRENDAMENTO DO TERMINAL RDJ06A

Sessão virtual acontecerá no dia 23 de setembro. Contribuições podem ser encaminhadas até 26 de setembro



Foto: Porto do Rio de Janeiro (RJ)

Brasília, 10/09/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizará, no dia 23 de setembro, a Audiência Pública nº 5/2025, para obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização do arrendamento do RDJ06A.

O terminal, localizado no Porto do Rio de Janeiro (RJ), é destinado à movimentação e armazenagem de graneis líquidos não inflamáveis, especialmente óleos básicos e conta com área de 11.800 m². O investimento direto previsto é de R\$ 24,9 milhões ao longo dos 25 anos do contrato.

A sessão pública será transmitida pelo canal da ANTAQ no Youtube, não é necessária inscrição para assistir a audiência, porém os interessados em se manifestar devem se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrições será das 9h às 15h do dia 22 de setembro de 2025.

Contribuições

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos à consulta pública do arrendamento do terminal RDJ06A estão disponíveis neste link.

O período para a realização das contribuições escritas se estende até as 23h59 do dia 23 de setembro de 2025, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia052025@antaq.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 11/09/2025

ao mesmo tempo, o principal ponto de saída da soja e do milho colhidos na região Centro-Norte para o mercado internacional.



Uma das principais portas de entrada de fertilizantes e principal ponto de saída de soja e milho do Centro-Norte - Foto: Divulgação/Emap

Entre janeiro e julho de 2025, Itaqui movimentou mais de 2,3 milhões de toneladas de fertilizantes, insumos indispensáveis para corrigir e enriquecer o solo. O volume representa crescimento em relação ao mesmo período de 2024, quando foram 1,9 milhão de toneladas. As cargas têm origem em países

como Rússia, China, Canadá, Estados Unidos, Índia, Egito, Omã e Espanha, e são processadas por empresas especializadas antes de seguirem para diferentes polos produtores brasileiros.

Também entre janeiro e julho deste ano, o porto embarcou 10,7 milhões de toneladas de soja (contra 10,1 milhões no mesmo período de 2024) e mais de 500 mil toneladas de milho, além de trigo e outros produtos. Os grãos seguem para destinos como Turquia, Vietnã, Tailândia, China, Irã, Espanha, Egito e Paquistão, confirmando o papel do Itaqui como uma das principais portas de saída da produção brasileira para o mercado global. Hoje, 75% das exportações do terminal são de grãos sólidos, principalmente a soja.

Malha multimodal

O porto é atendido diretamente pela Transnordestina (FTL), com 4.238 km de extensão e passagem por sete estados do Nordeste, e pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), de 892 km, que também transporta celulose produzida em Imperatriz (MA). Há ainda uma conexão indireta com a Ferrovia Norte-Sul, via Açailândia, que integra a região ao Sudeste e amplia as oportunidades de novos negócios. Essa malha multimodal confere maior agilidade e previsibilidade ao escoamento de cargas.

Além dos grãos e fertilizantes, Itaqui movimentou grãos líquidos (25% do total), como gasolina, diesel, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, vindos de países como Estados Unidos, Holanda, Emirados Árabes e Índia. O porto também recebe cargas gerais, como locomotivas, trilhos, celulose da Suzano (Imperatriz/MA) e alumínio da Alumar.

Impacto econômico e empregos

A atividade portuária em Itaqui sustenta uma ampla rede de negócios que gera empregos diretos e indiretos para milhares de trabalhadores. A cadeia envolve importadores, operadores, transportadores, fornecedores de insumos e serviços, além de órgãos públicos como Receita Federal, Polícia Federal, Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Vigiagro e Corpo de Bombeiros. A legislação também garante a participação dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs) nas operações, assegurando oportunidades de renda na região.

A Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) exerce a autoridade portuária do Itaqui, garantindo a infraestrutura, a atracação e a desatracação de embarcações, a segurança e o respeito ao meio ambiente. O porto é reconhecido por sua agilidade, eficiência e localização estratégica, fatores que reforçam sua posição no top 3 dos portos públicos em exportação de soja e entre os cinco primeiros na importação de insumos para a produção agrícola.

Com esse papel duplo – receber fertilizantes que fortalecem o solo brasileiro e exportar grãos que ajudam a alimentar o mundo –, o Porto do Itaqui reafirma sua importância para a segurança alimentar global e para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/09/2025

SEMINÁRIO BRASIL-FRANÇA REÚNE AUTORIDADES E SETOR PRIVADO PARA DEBATER COMPETITIVIDADE E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

Ministro Silvio Costa Filho participou de painéis sobre a modernização do sistema portuário e os desafios logísticos do Brasil



Encontro discutiu a modernização do sistema portuário e os desafios logísticos do Brasil

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou nesta quarta-feira (10) da segunda parte do Seminário Brasil-França: ações para potencializar competitividade do Brasil e ampliar protagonismo no mercado internacional, dando sequência à missão brasileira na França. O encontro também reuniu empresários, representantes do setor produtivo e do Legislativo para discutir perspectivas de modernização da infraestrutura portuária e de transportes.

A programação do seminário incluiu painéis que abordaram, de forma ampla, os principais desafios e perspectivas da infraestrutura nacional. Entre os temas discutidos estiveram os movimentos das entidades de classe para solidificar a modernização do sistema portuário brasileiro e as oportunidades e demandas para ampliar os investimentos privados em transportes. Além disso, também ocorreu uma mesa-redonda sobre o Projeto de Lei 733/2025, que regula sobre as atividades de operação portuária, com foco nos seus desdobramentos para a evolução do setor.

Durante o evento, o ministro Silvio Costa Filho reforçou o compromisso do ministério em avançar na agenda regulatória e destacou a importância de manter o diálogo aberto com o setor privado. “Temos o compromisso de, nos próximos meses, avançar em pautas fundamentais para o setor portuário, ouvindo as contribuições de todos os atores envolvidos. É com diálogo, transparência e previsibilidade que vamos construir um ambiente mais seguro para investimentos e para o fortalecimento da infraestrutura nacional”, afirmou Silvio Costa Filho.

Costa Filho também destacou a importância do seminário, que considerou tratar-se de “uma oportunidade importante para estreitar relações, ampliar parcerias bilaterais com o Brasil, estimular o diálogo e construir relações que, ao final, fortalecem um setor que é tão estratégico”.

Já o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, destacou a atuação do tribunal no enfrentamento de gargalos históricos da infraestrutura nacional e ressaltou a atuação da Corte. “O TCU quer trabalhar muito mais com uma postura pedagógica e orientadora do que como órgão sancionatório. Hoje, litígios de 20 anos nós temos resolvido, na solução consensual, em até 120 dias”. Destacou também a importância da parceria com o MPor para destravar a economia, analisando concessões e arrendamentos com rapidez. “Podemos dizer que, no ano de 2024, liberamos quatro grandes licitações, que representaram R\$ 4 bilhões em investimentos. Em 2025 já fizemos uma, além do ineditismo do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, que servirá de modelo para outros canais importantes para o país”, disse.

Ele também elogiou a atuação do ministro Silvio Costa Filho. “Quero reconhecer o trabalho e o empenho do ministro Silvio Costa Filho, pois sou testemunha de que é um dos gestores públicos que mais buscam estar próximo do TCU, dando transparência à sua gestão, propondo soluções e sempre na busca por consenso”.

Reunião com Grupo EGIS



Ao longo da programação, representantes de entidades empresariais, associações portuárias e especialistas participaram, apresentando contribuições para os desafios e oportunidades da infraestrutura brasileira.

AmpliAR

Na manhã desta quarta-feira, em Paris, o ministro Silvio Costa Filho se reuniu com representantes do Grupo EGIS, uma das principais consultoras de engenharia de infraestrutura do mundo, com forte atuação no Brasil há mais de quatro décadas. A

empresa é responsável pela gestão de 20 aeroportos em sete países, entre eles o Aeroporto de Viracopos, em São Paulo, além de contratos técnicos em outros terminais brasileiros.

No encontro, o ministro destacou a relevância de apresentar ao grupo francês as oportunidades do Programa AmpliAR, voltado à aviação regional, e do programa de concessões portuárias e hidroviárias em andamento. Também foi discutida a possibilidade de aproximação com investidores franceses interessados em ampliar sua participação em projetos de infraestrutura no Brasil. Representando a empresa, participou o CEO da EGIS, Pierre-Yves Massille, reforçando o interesse do grupo em acompanhar as perspectivas do setor brasileiro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/09/2025

PROGRAMA AMPLIAR VAI IMPULSIONAR TURISMO EM PRAIAS DO LITORAL CEARENSE

Com dois aeroportos qualificados para o programa, comerciantes locais esperam atrair mais visitantes para as praias de Jericoacoara e Canoa Quebrada



Terminal de Aracati (CE) é um dos 19 aeroportos que estarão no leilão do Programa AmpliAR.
Foto: Divulgação/MPor

As belezas naturais das famosas praias cearenses de Jericoacoara e Canoa Quebrada atraem centenas de visitantes todos os anos, movimentando a economia local e gerando emprego e renda para a região. Os aeroportos que dão acesso a esses destinos são o Comandante Ariston Pessoa, em Cruz (CE), que atende Jericoacoara, e o Aeroporto

Regional Dragão do Mar, em Aracati (CE), que conecta os visitantes a Canoa Quebrada. Ambos desempenham um papel estratégico para o crescimento econômico e social do Ceará. Localizados em áreas de forte vocação turística, os dois terminais ampliam a conectividade com outros estados brasileiros e fortalecem o desenvolvimento das comunidades locais.

Os dois aeroportos foram incluídos no Programa AmpliAR, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) voltada à atração de investimentos privados em aeroportos regionais, com o objetivo de consolidá-los como motores de desenvolvimento local. Atualmente, eles estão sob administração da DIX Aeroportos, sendo que apenas o aeroporto de Jericoacoara opera voos comerciais regulares. O leilão dos dois terminais, junto com outros 17 aeroportos regionais, está previsto para o dia 24 de novembro, na Bolsa de Valores de São Paulo.

O Programa AmpliAR permite que as concessionárias já contratadas pela União assumam a gestão de aeroportos considerados deficitários. “O AmpliAR é importante para o fortalecimento regional e a primeira etapa prevê a oferta de 19 aeroportos localizados em 11 estados das regiões da Amazônia



Legal e do Nordeste. Os investimentos iniciais nesses terminais somam R\$ 1,35 bilhão, aproximadamente R\$ 77 milhões por aeroporto”, destacou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Costa Filho explica que os terminais serão oferecidos individualmente. “Por meio de processos competitivos simplificados, conforme as diretrizes definidas após consulta pública”.

Turismo no Ceará

De acordo com a Secretaria de Turismo do Ceará (Setur/CE), de janeiro a junho de 2025, o estado recebeu 1,7 milhão de visitantes, gerando R\$ 6,6 bilhões em receita turística. A taxa média de ocupação hoteleira foi de 73,8% no período, com um gasto médio por turista de R\$ 3.840,44.

Ainda segundo a Setur, a média anual de turistas em Aracati e Jericoacoara gira em torno de 600 mil a 700 mil visitantes em cada destino.

O secretário de Turismo do Ceará, Eduardo Bismarck, ressalta que os aeroportos regionais são estratégicos para o fortalecimento do turismo no Estado. “Eles aproximam nossos destinos dos visitantes, gerando emprego, renda e movimentando a economia local”.

Bismarck reforça ainda que os aeroportos de Cruz e Aracati são fundamentais para o crescimento do fluxo turístico em regiões como Jeri e Canoa Quebrada e que o Governo do Estado está trabalhando para desenvolver e ampliar a infraestrutura desses equipamentos, já inseridos no programa estadual de expansão dos aeroportos regionais. “Com isso, garantimos mais conectividade, oportunidades e consolidamos nossos destinos no cenário mundial, fazendo do turismo um verdadeiro motor de desenvolvimento para os cearenses”, afirmou.

Jericoacoara

Inaugurado em 2017, o Aeroporto Comandante Ariston Pessoa, no município de Cruz (CE), tornou-se a principal porta de entrada aérea para o município de Jijoca de Jericoacoara, destino que figura entre os mais procurados do Nordeste. Conhecida por suas praias de águas cristalinas e esportes como windsurf e kitesurf, a vila está a cerca de 295 km de Fortaleza.

De acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), em 2024 foram mais de 60 mil passageiros com destino ao aeroporto de Cruz no período de janeiro a julho. Em 2025 o número subiu para mais de 82 mil passageiros no mesmo período, um aumento de 36% de passageiros que têm como destino Jericoacoara. Esse fluxo aéreo aproxima o litoral oeste cearense de grandes polos emissores de turistas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país, além de impulsionar a chegada de visitantes estrangeiros, e o impacto é direto sobre a economia local, fortalecendo os setores de hospedagem, gastronomia, transporte turístico e serviços.

“Os turistas movimentam a economia municipal por meio da hospedagem nos mais de 350 hotéis e pousadas, localizados em sua maioria na Vila de Jericoacoara”, destacou a secretária de Turismo de Jijoca de Jericoacoara, Rosana Lima.

A secretária também conta que a presença dos turistas movimenta a economia local utilizando transportes turísticos 4x4 para acesso à vila e passeios como a Rota Leste e a Rota Oeste. “O artesanato, os esportes náuticos, os passeios de barco e a vida noturna também são fortemente beneficiados”, pontuou.

A empresária Diana Martins, dona de uma pousada e restaurante no município, reforça a importância do aeroporto para os negócios locais. “Na alta temporada, entre dezembro e janeiro, recebo, em média, 100 hóspedes por dia na pousada e cerca de 250 clientes por dia no restaurante. Para atender essa demanda, chego a empregar 30 colaboradores. O aeroporto é fundamental porque facilita a chegada dos turistas e diminui a distância entre as regiões”, comentou a empresária.

Outro exemplo vem da famosa atração turística da Lagoa do Paraíso, também em Jericoacoara, em que Paulo Gomes é dono de uma barraca/restaurante. Ele reforça que sente os efeitos positivos da

chegada de turistas por via aérea. “Meu restaurante é impactado também com esse fluxo de turistas que chegam via aérea. Nós temos em torno de 25 funcionários, variando entre 22 e 25, e nos fins de semana chegam a trabalhar até 40 pessoas com os extras”, explicou.

Canoa Quebrada

Localizado a 148 km de Fortaleza, o Aeroporto Regional Dragão do Mar no município de Aracati, atende uma das regiões mais famosas do Ceará, tendo a praia de Canoa Quebrada como principal cartão-postal.

Atualmente, o terminal não recebe voos comerciais regulares, mas a expectativa é de retomada com o leilão programado por meio do Programa AmpliAR. Para o setor turístico, essa operação será determinante para ampliar a chegada de visitantes e oferecer mais conforto e agilidade no acesso à região.

O secretário de Turismo de Aracati, Flávio Marcelo aponta que o funcionamento do Aeroporto Regional Dragão do Mar vai trazer impactos para toda a região, por ser uma porta de entrada direta e mais forte de turistas, o que agrega para a economia e o turismo. “Com a presença do Aeroporto no município, o Aracati se consolidou como uma porta de entrada alternativa para além do Aeroporto Pinto Martins de Fortaleza, o que tornou possível a descentralização do fluxo turístico”, disse.

Ainda segundo o secretário, o turismo ajuda no fortalecimento, na criação e melhoria de novos empreendimentos, aumentando a arrecadação pública e o desenvolvimento local e regional.

Ana Carla Luna Ramos é articuladora da Regional Litoral Leste do Sebrae Ceará. Ela reforça que com a operação contínua do aeroporto haverá um impulsionamento do turismo. “Que é uma das principais vocações econômicas da cidade. O aumento no número de visitantes fortalece setores como hospedagem, alimentação, transporte e lazer, gerando empregos diretos e indiretos”, destacou.

Além do turismo, o aeroporto também pode atrair investimentos privados em infraestrutura, logística e serviços, criando um ambiente propício para o empreendedorismo e inovação. A movimentação de passageiros e cargas beneficia o comércio regional e amplia as oportunidades de negócios para produtores locais e pequenas empresas.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/09/2025

PORTO DE ITAJAÍ CONECTA SANTA CATARINA AO MUNDO NA EXPORTAÇÃO DE FRANGO CONGELADO

Terminal é a principal porta de saída do frango congelado de Santa Catarina para mais de 120 países



O frango catarinense que deixa o Porto de Itajaí abastece mercados de diferentes continentes - Foto: Divulgação

Santa Catarina tem no agronegócio uma de suas maiores forças econômicas e, dentro desse setor, a avicultura ocupa papel central. Inserido na região Sul, principal polo produtor de carne de frango do país, o estado se destaca tanto no Brasil quanto no exterior. Nesse cenário, o Porto de Itajaí se consolida como elo estratégico, permitindo que a proteína catarinense alcance mercados em diferentes continentes.

O frango catarinense que deixa o Porto de Itajaí abastece mercados de diferentes continentes. Hoje, mais de 120 países recebem carne de frango do estado. Em 2025, os principais destinos foram Países Baixos, Arábia Saudita, China e Japão; mercados exigentes e diversificados, que confirmam a qualidade da produção brasileira e a importância do terminal como porta de saída para o comércio global de alimentos.

De janeiro a julho deste ano, as exportações de Santa Catarina somaram mais de R\$ 37,8 bilhões (US\$ 6,95 bilhões), com movimentação de 5,49 milhões de toneladas.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destaca a importância do terminal para Santa Catarina e para o Brasil. “O Porto de Itajaí é fundamental para a economia de milhares de famílias catarinenses, que vivem da produção agroindustrial, e estratégico para a logística nacional. Desde que reassumimos a gestão, nosso compromisso tem sido garantir investimentos e previsibilidade para operadores e exportadores. Os resultados já estão aparecendo”.

A principal força da avicultura de Santa Catarina está no Oeste do estado, responsável por cerca de 80% da produção de frangos e suínos. É ali que se concentram as principais unidades de abate, localizadas a distâncias que variam entre 380 km e 680 km do Porto de Itajaí, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), com dados sistematizados pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), do estado de Santa Catarina.

O trajeto até o litoral se dá principalmente pelas rodovias federais BR-282 e BR-470, por onde circulam diariamente caminhões frigoríficos carregados. Esse fluxo constante de cargas garante que a produção chegue ao porto mantendo o rigor da cadeia de frio, condição essencial para atender às exigências sanitárias e de qualidade dos mercados internacionais.

ROTA DO FRANGO LIGA SANTA CATARINA AO MUNDO



Rota do Frango via Porto de Itajaí

Empregos e impacto social

São mais de 90 mil empregos diretos nas agroindústrias de carnes e quase 20 mil produtores integrados à produção primária. Quando somados os indiretos – em transporte, insumos e serviços associados –, centenas de milhares de pessoas dependem dessa cadeia produtiva em todo o estado.

Cada contêiner embarcado em Itajaí carrega também o esforço de milhares de famílias que transformaram a avicultura em motor de desenvolvimento econômico e social.

De acordo com a Autoridade Portuária de Santos, responsável pela gestão atual do complexo, entre janeiro e julho de 2025, o porto embarcou 7.713 contêineres de frango congelado, totalizando 243.984 toneladas. O produto representou quase 20% de todos os contêineres movimentados no período, consolidando-se como a principal commodity de Itajaí.

Esse protagonismo reforça o papel do terminal como hub especializado na exportação de carnes, especialmente de frango congelado, produto que responde por 60% das exportações da avicultura catarinense.

Modernização e fortalecimento

O desempenho do Porto de Itajaí em 2025 está associado não apenas à força produtiva do Oeste catarinense, mas também ao processo de reorganização conduzido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). Após período de paralisação em 2022, o terminal voltou a ser administrado pelo Governo Federal em janeiro de 2025, quando registrou retomada histórica: entre janeiro e junho foram movimentadas 1,859 milhão de toneladas, contra 104,1 mil no mesmo período do ano anterior.

Para sustentar essa trajetória, o MPor anunciou investimentos de R\$ 689 milhões até 2026 em obras de infraestrutura, como dragagem, readequação do Molhe de Navegantes, obras na Bacia de Evolução, reforço de energia, entre outras melhorias que impactam diretamente a logística de contêineres refrigerados. Até 2030, o pacote de modernização deve alcançar R\$ 844 milhões, incluindo a construção de um píer para cruzeiros.

Outro passo importante foi a criação de um Grupo Técnico de Trabalho encarregado de estruturar a futura Autoridade Portuária própria de Itajaí (Companhia Docas), que dará autonomia administrativa ao complexo. A medida representa maior previsibilidade e segurança para operadores, arrendatários e exportadores que dependem do terminal.

Além da logística

Mais do que uma estrutura de embarque, o Porto de Itajaí simboliza a ligação entre o interior produtivo de Santa Catarina e consumidores de diferentes partes do mundo. Cada navio que parte do terminal carrega não apenas frango congelado, mas também o resultado de décadas de trabalho e investimento em uma cadeia produtiva que gera emprego, renda e reconhecimento internacional para o Brasil.

Com a modernização em curso e a consolidação de sua gestão, Itajaí se projeta não apenas como um porto estratégico para a avicultura catarinense, mas como um ator central no esforço de posicionar o Brasil entre os líderes mundiais da produção e exportação de alimentos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/09/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DEFENDE AMPLIAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO EM PAINEL SOBRE LOGÍSTICA VERDE

Ministro em exercício, George Santoro destacou importância das ferrovias para a transição energética e eficiência logística nacional



George Santoro lembra que o impulsionamento do setor ferroviário otimiza a agenda de descarbonização, com a qual o Governo Federal está comprometido - Foto: Michel Corvello/MT

Com o objetivo de fortalecer o debate sobre soluções que tornem a infraestrutura de transportes um vetor estratégico para a reindustrialização e a descarbonização do país, o ministro dos Transportes em exercício, George Santoro, participou, nesta quarta-feira (10), em Brasília, do seminário Logística Verde. O papel estratégico das

ferrovias no futuro da logística nacional foi um dos temas centrais das discussões.

Durante sua participação, Santoro ressaltou a necessidade de ampliar os investimentos em ferrovias e citou a Transnordestina como um exemplo de grande empreendimento em andamento no país.



“A Transnordestina é um dos principais exemplos do que queremos para o futuro da logística nacional: grandes projetos sustentáveis com impacto direto no desenvolvimento regional e na redução das emissões”, afirmou.

Com 66% da execução física concluída e investimento estimado em R\$ 15 bilhões, a ferrovia atravessa os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí, e terá capacidade para transportar até 30 milhões de toneladas por ano de produtos agrícolas, combustíveis e fertilizantes. A conclusão da primeira fase está prevista para dezembro de 2027.

“O modal ferroviário ainda representa uma parcela pequena da matriz de transportes, mas tem enorme potencial de crescimento, principalmente se diversificarmos as cargas transportadas, hoje concentradas em minério, grãos e combustíveis”, acrescentou o ministro.

Concessões e financiamento verde

Santoro destacou, ainda, os avanços obtidos com os leilões de rodovias e defendeu a adoção de uma estratégia semelhante para as concessões ferroviárias.

“Chegamos a 16 leilões em dois anos e meio, com a perspectiva de fechar o ano com mais 14 ou 15. Precisamos estender essa solução adotada nas rodovias para o setor ferroviário, viabilizando novos projetos e fortalecendo a logística nacional”, ressaltou.

Além disso, o ministro reforçou a importância de incluir o setor de transportes na agenda de financiamento verde do país.

“O modal ferroviário é apontado como o que mais pode alavancar recursos por meio da taxonomia verde. Incluir o setor nas regras obrigatórias é fundamental para aproveitar esse potencial. Os primeiros projetos de trem intercity já deverão operar com biocombustíveis”, concluiu.

Avanço da infraestrutura

O chefe do Departamento de Transporte e Logística do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ressaltou a urgência de racionalizar a matriz de transportes para cortar custos logísticos e reduzir emissões.

“Apesar da produção intensa, os modais de alta capacidade ainda têm participação baixa. Isso eleva os custos, pressiona o ‘custo Brasil’ e agrava as emissões”, afirmou.

Para Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), o avanço da infraestrutura é decisivo para garantir competitividade à economia e viabilizar a transição energética.

“O setor de transportes responde por cerca de 11% das emissões de CO₂, sendo o rodoviário responsável por aproximadamente 90%. A malha rodoviária melhorou com a participação privada, mas ainda há muito a ser feito, especialmente no modal ferroviário”, disse.

Investimentos em infraestrutura

Estudo da Coalizão dos Transportes, que reúne mais de 50 entidades do setor, indica que o Brasil pode reduzir em até 70% as emissões de carbono no transporte até 2050, desde que haja investimentos contínuos em infraestrutura e estímulos à transição energética. Entre as prioridades está o aumento da participação ferroviária no transporte de cargas.

O Ministério dos Transportes tem atuado para ampliar a presença do modal ferroviário na matriz nacional, com foco na retomada de obras estruturantes, na modernização das concessões existentes e na preparação de novos leilões para expandir a rede ferroviária.



Entre os principais empreendimentos em andamento também estão:

- Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico): trecho entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT), com 25,4% de execução e mais de 6,6 mil trabalhadores. Até julho de 2026, serão entregues 130 km entre Mara Rosa e Crixás, quando está previsto o leilão da ferrovia;
- Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol II): entre Caetitê e Barreiras (BA), com 70,5% de execução, devendo chegar a 75% até o fim de 2025.

Além disso, o Ministério conduz seis estudos de viabilidade para uso de trechos ferroviários de carga no transporte de passageiros, entre eles:

- Brasília–Luziânia (R\$ 6,5 milhões)
- Salvador–Feira de Santana (R\$ 6,6 milhões)
- Londrina–Maringá (R\$ 5,6 milhões)
- Ligações metropolitanas em São Luís, Fortaleza e Pelotas.

A expectativa é que algumas dessas iniciativas avancem para audiência pública neste segundo semestre de 2025.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 10/09/2025

RENAN FILHO LEVA CARTEIRA DE CONCESSÕES, MODELO DE OTIMIZAÇÃO E INOVAÇÕES EM INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES À ESCÓCIA

Agenda, que começa nesta quinta (11), inclui encontro com a secretária de gabinete para Transportes da Escócia e participação no Programa Internacional de Líderes da Infraestrutura 2025

A potente carteira de concessões rodoviárias do Ministério dos Transportes, que prevê alcançar R\$300 bilhões em investimentos até o final de 2026, será apresentada pelo ministro Renan Filho, nesta quinta-feira (11), à secretária de gabinete para Transportes da Escócia, Fiona Hyslop, que representa o cargo de ministro de Estado no Brasil.

Ainda durante o encontro, no Parlamento Escocês, ambos irão debater sobre as similaridades e diferenças dos modelos de concessões escocês e brasileiro, em termos de investimento, governança, inovação e sustentabilidade. Um dos destaques do Ministério dos Transportes é o modelo de otimização contratual, que modernizou, destravou e tornou mais eficientes os contratos de concessão que não estavam performando de maneira adequada.

A agenda de Renan Filho em Edimburgo nesta quinta inclui também a participação no evento realizado na Heriot-Watt University, com os temas “O modelo escocês de infraestrutura e PPPs” e “Geração Digital para a Descarbonização do Transporte e Centro de Pesquisa em Estudos Urbanos”.

Já na sexta-feira (12), Renan Filho participa do Programa Internacional de Líderes da Infraestrutura 2025, que reúne os principais atores mundiais do setor.

Serviço

Reunião com a secretária de gabinete para Transportes da Escócia

Data: Quinta-feira, 11 de setembro

Horário: 16h (horário local / +4 horário Brasília)

Local: The Scottish Parliament - Edimburgo EH99 1SP

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 10/09/2025



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – ESPAÇO PARA OUVIR O SETOR PORTUÁRIO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O seminário promovido pelo Fórum Brasil Export em Paris expôs, com clareza, as prioridades do setor portuário para destravar investimentos e melhorar a eficiência dos complexos marítimos brasileiros. A pedido do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, lideranças empresariais apresentaram demandas que vão de maior autonomia para as administrações portuárias ao fortalecimento dos conselhos de Autoridade Portuária (CAP), passando por contratos mais longos e simplificação regulatória.

O gesto do ministro merece destaque. Ao abrir espaço para ouvir as entidades representativas, Costa Filho sinaliza disposição de construir o novo marco regulatório do setor em sintonia com quem está na linha de frente da operação dos portos. A presença de deputados que compõem a comissão especial da Câmara encarregada de debater o Projeto de Lei 733/2025 reforçou o peso político do encontro e deu legitimidade ao diálogo.

Entre as contribuições, chama atenção o apelo pela descentralização das decisões hoje concentradas em Brasília. Como destacou o presidente do Conselho da ABTP, Roberto Oliva, a realidade de cada porto é distinta, o que exige maior autonomia para que as autoridades locais planejem e executem investimentos. O fortalecimento dos CAP, defendido por Sérgio Aquino, também é um passo importante para qualificar a gestão, desde que não se crie mais burocracia — alerta feito por Gilmará Temóteo, da Abeph.

Outro ponto sensível é a necessidade de contratos mais longos, capazes de dar segurança jurídica para que terminais façam aportes vultosos em infraestrutura. Sem previsibilidade, os investimentos perdem atratividade.

A escuta promovida em Paris é um passo importante, mas precisa se converter em ação. O novo marco regulatório é uma oportunidade para corrigir distorções, dar mais agilidade às decisões e assegurar que os portos estejam preparados para sustentar o crescimento do comércio exterior. O diálogo precisa continuar, agora com resultados concretos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - EMBRAER ANUNCIA VENDA DE 50 JATOS POR US\$ 4,4 BILHÕES PARA COMPANHIA DOS EUA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

A EMBRAER ANUNCIOU QUE RECEBEU UM PEDIDO FIRME DA AVELO AIRLINES, COMPANHIA AÉREA DOS ESTADOS Unidos, para a compra de 50 jatos E195-E2, no valor de US\$ 4,4 bilhões. A empresa norte-americana também manifestou interesse em outras 50 aeronaves, podendo elevar o total do contrato para 100 jatos. As entregas estão previstas para começar no primeiro semestre de 2027.

A PRIMEIRA

Com o acordo anunciado, a Avelo Airlines se tornará a primeira companhia aérea dos Estados Unidos a operar a maior e mais avançada aeronave comercial da Embraer. Atualmente, a empresa voa com Boeing 737NGs. A fabricante brasileira foi beneficiada pela decisão do governo dos EUA, no fim de julho, de retirar aeronaves, motores e peças de aviação da lista de produtos com tarifa de 50% sobre o Brasil.

MONITORAMENTO

A Autoridade Portuária de Santos (APS) abriu quatro novos processos licitatórios. Entre eles, estão serviços de monitoramento de ruídos e vibrações causados pelas operações portuárias, exigência da Licença de Operação do Porto de Santos emitida pelo Ibama. Também estão previstas licitações para contratação de fragmentadoras de papel sob demanda e para o fornecimento de assinaturas de softwares de engenharia.

RDJ06A

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizará em 23 de setembro a Audiência Pública nº 5/2025 para discutir o arrendamento do terminal RDJ06A, no Porto do Rio de Janeiro (RJ). Destinado a graneis líquidos não inflamáveis, especialmente óleos básicos, o espaço tem área de 11.800 m² e previsão de investimento de R\$ 24,9 milhões ao longo de 25 anos. A sessão será transmitida pelo canal da Antaq no YouTube.

REVITALIZAÇÃO

A antiga estação ferroviária de Montes Claros (MG) será transformada em centro de atendimento em saúde. A cessão de uso do imóvel foi assinada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que transferiu a gestão do espaço ao município. A prefeitura será responsável pela revitalização do prédio, que passará a abrigar unidades de saúde para a população. O imóvel pertence ao Dnit como sucessor da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 11/09/2025

NACIONAL- LINHÃO MANAUS-BOA VISTA CONECTA RORAIMA AO SISTEMA NACIONAL DE ENERGIA

Estado passa a integrar o SIN, reduzindo uso de térmicas, emissões de CO₂ e custos com combustíveis fósseis; investimento foi de R\$ 2,6 bilhões

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



“Estamos orgulhosos de estarmos aqui hoje para dizer que Roraima está ligado ao restante do Brasil, não existe mais diferença”, afirmou Lula ao anunciar o início da operação

O início da energização da Linha de Transmissão Manaus-Boa Vista marcou, na quarta-feira (10), a integração definitiva de Roraima ao Sistema Interligado Nacional (SIN), completando o mapa energético brasileiro. A cerimônia foi realizada na sede do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em Brasília (DF), e contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ministros e autoridades do setor.

“Estamos orgulhosos de estarmos aqui hoje para dizer que Roraima está ligado ao restante do Brasil, não existe mais diferença. Essa energia e a internet vão chegar até os indígenas, porque não queremos ninguém fora”, disse Lula ao anunciar o início da operação.

O empreendimento é considerado um marco para o setor elétrico e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, ao reduzir a dependência de usinas termelétricas movidas a combustíveis fósseis, que geravam energia mais cara e altamente poluente. Com cerca de 725 quilômetros de extensão, o linhão conecta a Subestação Eng. Lechuga, no Amazonas, à Subestação Boa Vista, em Roraima, com circuito duplo de 500 quilovolts (kV) e uma seccionadora intermediária em Rorainópolis. Foram investidos R\$ 2,6 bilhões para a conclusão da obra.



Segundo o presidente, a conclusão do projeto é resultado de um esforço iniciado há mais de uma década. “Acho que este sistema interligado seja, possivelmente, modelo para o mundo. Poucos países têm o sistema interligado como nós temos”, afirmou Lula, lembrando que a interligação estava prevista desde o governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

A conexão ao SIN permitirá o desligamento progressivo de térmicas que operam no estado, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em mais de 1 milhão de toneladas de CO₂ por ano e gerando uma economia superior a R\$ 600 milhões anuais em custos com combustíveis fósseis.

Além da segurança energética, o empreendimento abre caminho para o crescimento econômico de Roraima e para o escoamento de até 700 megawatts (MW) de futuras Usinas Hidrelétricas (UHEs) inventariadas no estado para o restante do país. “Roraima tem uma possibilidade extraordinária de comércio exterior com Suriname, Guiana, Trinidad Tobago e Caribe. Significa que o começo do funcionamento deste linhão vai permitir que Roraima tenha três vezes mais energia do que precisa hoje”, disse Lula.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ressaltou que a linha é a mais importante obra da história de Roraima. “Além da segurança energética, é um giga (mil megawatts) que atende, praticamente, quatro vezes o que precisa Roraima”, afirmou. Ele destacou o impacto ambiental e econômico positivo da interligação: “Além de histórica e importante do ponto de vista da sustentabilidade, é uma obra de desenvolvimento econômico para a gente manufaturar as riquezas que este belo estado de Roraima produz e que, hoje, não tem segurança energética e quantidade de energia firme para desenvolver o estado, além do conforto e da segurança aos hospitais, clínicas e segurança energética do povo de Roraima. É o Brasil 100% interligado.”

Países vizinhos

Silveira lembrou ainda que o Brasil já possui um dos sistemas interligados mais robustos do mundo, conectado inclusive a países vizinhos. “Já somos interligados ao Paraguai, por meio da maior usina de integração da América Latina, que é a Itaipu Binacional. Somos interligados à Argentina e ao Uruguai. Ano passado, exportamos energia, 426 milhões de energia à Argentina e 296 milhões ao Uruguai”, disse.

Segundo o governo federal, com a nova infraestrutura, a população de Roraima terá acesso a uma energia estável, limpa e mais barata, além de internet de alta velocidade. “Junto com a energia de qualidade, Roraima vai ter internet de qualidade, a chamada banda larga que todo mundo fala, que é uma internet mais rápida. Vai ter em qualquer lugar. Qualquer jovem de Roraima vai ter o mesmo acesso à internet que as pessoas têm em Paris, Londres, São Paulo e Rio de Janeiro”, acrescentou Lula.

O governo também informou que, durante as obras do linhão, foram gerados cerca de 3 mil empregos diretos, além de milhares de vagas indiretas na cadeia de fornecedores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/09/2025

NACIONAL - MINISTÉRIO DEFENDE AMPLIAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA E NOVOS LEILÕES

Ministro dos Transportes em exercício aponta concessões rodoviárias como modelo para expandir rede de ferrovias e atrair investimentos

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br

O seminário Logística Verde, realizado na quarta-feira (10), em Brasília (DF), reuniu autoridades e especialistas para discutir soluções voltadas à transição energética e à reindustrialização do país. Um dos temas centrais foi o papel das ferrovias na logística nacional. O ministro dos Transportes em

exercício, George Santoro, defendeu o aumento dos investimentos no setor ferroviário e citou a Transnordestina como exemplo de empreendimento em andamento.



“A Transnordestina é um dos principais exemplos do que queremos para o futuro da logística nacional”, declarou o ministro dos Transportes em exercício, George Santoro

UM DOS TEMAS CENTRAIS FOI O PAPEL DAS FERROVIAS NA LOGÍSTICA NACIONAL. O MINISTRO DOS TRANSPORTES EM EXERCÍCIO, GEORGE SANTORO, DEFENDEU O AUMENTO DOS INVESTIMENTOS NO SETOR FERROVIÁRIO E CITOU A TRANSNORDESTINA COMO EXEMPLO DE EMPREENDIMENTO EM ANDAMENTO

“A Transnordestina é um dos principais exemplos do que queremos para o futuro da logística nacional: grandes projetos sustentáveis com impacto direto no desenvolvimento regional e na redução das emissões”, afirmou.

A ferrovia tem 66% das obras concluídas e investimento estimado em R\$ 15 bilhões. O traçado passa pelos estados do Ceará, Pernambuco e Piauí e terá capacidade para transportar até 30 milhões de toneladas de grãos, combustíveis e fertilizantes por ano. A previsão do governo federal é concluir a primeira fase em dezembro de 2027.

“O MODAL FERROVIÁRIO É APONTADO COMO O QUE MAIS PODE ALAVANCAR RECURSOS POR MEIO DA TAXONOMIA VERDE. INCLUIR O SETOR NAS REGRAS OBRIGATÓRIAS É FUNDAMENTAL PARA APROVEITAR ESSE POTENCIAL”

GEORGE SANTORO

ministro dos Transportes em exercício

Segundo Santoro, ampliar a participação das ferrovias na matriz de transportes é uma das prioridades da pasta. “O modal ferroviário ainda representa uma parcela pequena da matriz de transportes, mas tem enorme potencial de crescimento, principalmente se diversificarmos as cargas transportadas, hoje concentradas em minério, grãos e combustíveis”, disse.

O Ministério dos Transportes avalia que o avanço das concessões rodoviárias serve de modelo para as ferrovias. “Chegamos a 16 leilões em dois anos e meio, com a perspectiva de fechar o ano com mais 14 ou 15. Precisamos estender essa solução adotada nas rodovias para o setor ferroviário, viabilizando novos projetos e fortalecendo a logística nacional”, afirmou o ministro.

A pasta também defende a inclusão do setor de transportes na agenda de financiamento verde para atrair recursos privados. “O modal ferroviário é apontado como o que mais pode alavancar recursos por meio da taxonomia verde. Incluir o setor nas regras obrigatórias é fundamental para aproveitar esse potencial. Os primeiros projetos de trem intercity já deverão operar com biocombustíveis”, disse Santoro.

Representantes do setor financeiro e da indústria participaram do encontro. O chefe do Departamento de Transporte e Logística do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apontou a necessidade de racionalizar a matriz de transportes para reduzir custos e emissões. “Apesar da produção intensa, os modais de alta capacidade ainda têm participação baixa. Isso eleva os custos, pressiona o ‘custo Brasil’ e agrava as emissões”, afirmou.

O presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Venilton Tadini, disse que o avanço da infraestrutura é essencial para a competitividade da economia e para a transição energética. “O setor de transportes responde por cerca de 11% das emissões de CO₂,

sendo o rodoviário responsável por aproximadamente 90%. A malha rodoviária melhorou com a participação privada, mas ainda há muito a ser feito, especialmente no modal ferroviário”, destacou.

Investimentos

Um estudo da Coalizão dos Transportes, que reúne mais de 50 entidades, estima que o país pode reduzir em até 70% as emissões do setor até 2050, caso haja investimentos contínuos em infraestrutura e estímulo à diversificação de modais. O Ministério dos Transportes afirma que atua na retomada de obras estruturantes, na modernização das concessões existentes e na preparação de novos leilões para expandir a rede ferroviária.

Entre os principais projetos em execução estão a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), com 25,4% das obras concluídas no trecho entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT). Até julho de 2026, está prevista a entrega de 130 quilômetros entre Mara Rosa e Crixás, quando deve ocorrer o leilão da ferrovia. A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol II), entre Caetité e Barreiras (BA), tem 70,5% de execução e deve alcançar 75% até o fim de 2025.

O governo também conduz seis estudos de viabilidade para utilização de trechos de carga no transporte de passageiros, incluindo Brasília–Luziânia, Salvador–Feira de Santana, Londrina–Maringá e ligações metropolitanas em São Luís, Fortaleza e Pelotas. Algumas dessas iniciativas devem avançar para audiência pública ainda no segundo semestre.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2025

NACIONAL - FAZENDA ABRE CONSULTA PARA IDENTIFICAR BARREIRAS À ENTRADA DE NOVAS AÉREAS

Tomada de subsídios vai colher propostas para ampliar concorrência, diversificar modelos de negócio e expandir oferta de voos em regiões com pouca cobertura

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério da Fazenda abriu uma tomada de subsídios para receber contribuições de agentes do setor aéreo, especialistas e usuários sobre os principais obstáculos à entrada de novas empresas no mercado de aviação civil brasileiro. O processo, coordenado pela Secretaria de Reformas Econômicas (SRE), ficará disponível até 23 de outubro na plataforma Participa + Brasil.



Para a pasta, a experiência internacional demonstra que a chegada de empresas de baixo custo e de modelos de negócio inovadores tende a ampliar o acesso ao transporte aéreo

De acordo com o Ministério, a medida busca aprofundar o diagnóstico do setor e reunir propostas que possam estimular a entrada de novos operadores, diversificar modelos de negócio e ampliar a oferta de voos, especialmente em regiões com baixa cobertura aérea. “A ideia é aprimorar as regras com base não apenas em análises técnicas,

mas também nas experiências e expectativas de quem utiliza o transporte aéreo no dia a dia”, afirmou o subsecretário da SRE, Gustavo Henrique Ferreira.

O Ministério observa que, apesar de reformas implementadas nos últimos anos, como a liberalização tarifária, a abertura ao capital estrangeiro e a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o mercado segue concentrado. A última entrada relevante foi a da companhia Azul, em 2009, e desde então apenas três grandes empresas dominam o transporte aéreo nacional.

Segundo Ferreira, o aumento da concorrência pode tornar os preços mais acessíveis e estimular melhorias na qualidade do serviço. “Mais concorrência significa mais opções para os passageiros e



um ambiente de negócios mais saudável para o setor”, disse. “Além disso, há tendência de melhora na qualidade do serviço, porque cada companhia busca se diferenciar pelo atendimento, conforto e pontualidade. Outro benefício direto pode ser o aumento da oferta de voos e rotas, com mais opções de horários e destinos, inclusive em regiões que hoje têm pouca ou nenhuma cobertura aérea. Isso contribui para tornar o transporte aéreo mais inclusivo e democrático”, completou.

O Ministério considera que a criação de condições regulatórias mais equilibradas e a redução de barreiras podem atrair novas empresas, incentivar a inovação tecnológica e ampliar o acesso da população ao transporte aéreo, não apenas nos grandes centros, mas também em cidades médias e menores. “O objetivo não é apenas facilitar a entrada de novos operadores. Queremos também ouvir contribuições que ajudem a melhorar o mercado atual, ampliando as possibilidades de atuação para as empresas que já estão no setor e aprimorar a concorrência como um todo”, afirmou Ferreira.

Para o Ministério, a experiência internacional demonstra que a chegada de companhias de baixo custo e de modelos de negócio inovadores tende a ampliar o acesso ao transporte aéreo. “Somos um país de dimensões continentais, com uma população numerosa e crescente potencial de demanda, mas ainda com índices de utilização do transporte aéreo menores do que em outros países de porte semelhante”, disse o subsecretário.

A consulta pública está estruturada em nove blocos temáticos que abordam ambiente regulatório, custos de operação, infraestrutura, concorrência, percepção de risco por investidores, modelos de negócio inovadores e experiências internacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2025

REGIÃO NORDESTE - MOINHO DE TRIGO RECEBE INVESTIMENTO DE R\$ 129 MILHÕES NO PORTO DE ILHÉUS

Unidade terá capacidade de processar 144 mil toneladas por ano e início das operações está previsto para julho de 2026

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Grupo Maratá anunciou um investimento de R\$ 129 milhões para reativar o Moinho de Trigo no Porto de Ilhéus, na Bahia. O empreendimento terá capacidade para processar 144 mil toneladas de trigo por ano e deve começar a operar em julho de 2026. A expectativa é gerar 80 empregos diretos e 100 indiretos.

A nova unidade será dedicada à moagem de trigo e produção de derivados. O anúncio foi feito pelo diretor geral do Grupo Maratá, Frank Vieira, durante reunião com o secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Ângelo Almeida.

“Este é mais um investimento atraído para o interior do estado, que vai gerar emprego e renda para o povo baiano. A implantação do moinho auxilia na verticalização produtiva e fortalece a cadeia do trigo. A instalação em área contígua ao Porto do Malhado trará vantagens logísticas ao empreendimento”, afirmou o secretário.

Segundo Vieira, a produção atenderá principalmente ao mercado consumidor da Bahia. “A produção desse moinho vai ser toda dedicada ao consumo baiano, que tem um consumo muito alto de farinha de trigo. Existe um déficit na Bahia desta produção e esse foi o principal motivo de nos instalarmos no estado. Além disso, o trigo gera um subproduto, que é a ração animal e a gente enxergou que a região Sul é estratégica, por isso, escolhemos nos instalar em Ilhéus”, destacou.

O diretor do Grupo Maratá acrescentou ainda que há estudos para uma segunda fase do projeto. “A Bahia é logisticamente muito bem localizada para atender outras regiões”, afirmou.

Inativo há 17 anos

A retomada do moinho integra um processo iniciado em maio deste ano, quando a Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba) formalizou contrato de cessão da área por 35 anos ao Grupo Maratá. O acordo prevê modernização completa da estrutura, incluindo silos, novos equipamentos e recuperação física do espaço, que ficou 17 anos inativo.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 11/09/2025

REGIÃO SUL - PORTOS PARANAENSES BATEM RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO EM AGOSTO

Paranaguá e Antonina somaram mais de 7 milhões de toneladas no mês e acumulam alta de 5% no ano, com expectativa de superar 70 milhões até dezembro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo a Autoridade Portuária, o volume médio de cargas nos portos de Paranaguá e Antonina deve permanecer próximo da casa dos 6 milhões de toneladas até dezembro

A movimentação de cargas nos portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná, atingiu em agosto deste ano o maior volume já registrado para o mês, de acordo com a média histórica. Segundo a Portos do Paraná, Autoridade Portuária que administra os complexos do estado, a expectativa é que a movimentação geral de cargas registre um novo recorde anual.

Conforme o relatório mensal da diretoria de Operações, o mês de agosto registrou a movimentação de 7.077.439 toneladas de produtos exportados e importados. O número é 3% superior ao mesmo período de 2024.

No acumulado dos primeiros oito meses de 2025, os portos paranaenses movimentaram 48.648.592 toneladas, um crescimento de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo acumulado de cargas foi de 46.367.569 toneladas.

Segundo os dados estatísticos da Autoridade Portuária, o volume médio de cargas nos portos de Paranaguá e Antonina deve permanecer próximo da casa dos 6 milhões de toneladas até dezembro.

Com isso, abre a possibilidade para que a movimentação anual dos complexos portuários paranaenses alcance um novo recorde. A expectativa da Portos do Paraná é atingir a marca de 70 milhões de toneladas em dezembro deste ano.

“Esse crescimento no envio e recebimento de cargas ocorre graças aos investimentos que estamos fazendo na infraestrutura, à gestão e ao planejamento de trabalho iniciados em 2019”, comentou Luiz Fernando Garcia, diretor-presidente da Portos do Paraná.

Destaques do mês

Segundo a Portos do Paraná, o milho foi o principal produto em agosto, com 833.052 toneladas embarcadas, alta de 1.043% em relação a agosto de 2024 (72,9 mil toneladas). No acumulado do ano, o crescimento foi de 261%, passando de 581,7 mil toneladas em 2024 para 2,09 milhões em 2025. O milho representou 12% da movimentação de agosto e 13% do total anual.

As cargas containerizadas apresentaram alta de 11%, passando de 787,8 mil toneladas, em 2024, para 875,6 mil toneladas movimentadas neste ano. Outros produtos também registraram alta nas exportações do mês de agosto, como óleo vegetal, com aumento de 19% na comparação com o mesmo mês de 2024. No acumulado, a alta foi de 50%.



O envio de derivados de petróleo aumentou 74% em relação ao ano anterior, e a celulose cresceu 58% em agosto, acumulando 24% a mais no período anual. Já o açúcar ensacado apresentou elevação de 7%.

Importações

O volume total de produtos importados se manteve estável em agosto frente a 2024, mas apresentou alta de 5% no acumulado do ano.

“O desempenho demonstra equilíbrio entre exportações e importações. Esse avanço está diretamente ligado à infraestrutura portuária, como o aumento de calado, que permite maior carregamento nos navios”, pontuou Gabriel Vieira, diretor de Operações Portuárias da Portos do Paraná.

O desembarque de componentes para a produção de solventes e derivados de petróleo teve bom desempenho em agosto, com altas de 34% e 16%, respectivamente.

A cevada soma, no acumulado de 2025, um crescimento de 87%. Situação semelhante ocorreu com os fertilizantes, que registraram recuo em agosto, mas acumularam alta de 10% no ano, representando 16% de todas as importações.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/09/2025*

REGIÃO SUDESTE - INVESTSP DEBATE EXPORTAÇÕES COM ÁFRICA DO SUL

Autoridades discutem oportunidades de negócios e abertura de mercados para empresas paulistas
Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE), recebeu na terça-feira (9) uma delegação com autoridades da África do Sul. O objetivo do encontro, realizado na sede da SDE, na zona oeste da capital, foi debater oportunidades de investimentos e projetos conjuntos, além da abertura de espaço para empresas paulistas no mercado sul-africano.

A avaliação da InvestSP é de que há margem para ampliar as relações comerciais entre o Estado e a África do Sul que, no ano passado, comprou de São Paulo cerca de US\$ 618 milhões em mercadorias – o equivalente a R\$ 3,3 bilhões, na cotação atual. A pauta exportadora paulista se mostrou diversificada, com destaque para equipamentos pesados, como tratores rodoviários, e itens do agro, como açúcares e amendoim – nos dois casos, São Paulo é o maior produtor do país.

A visita da delegação da África do Sul aconteceu cinco meses depois da primeira missão internacional da InvestSP para o país. Em abril, a agência levou uma comitiva com autoridades e empresas para promover São Paulo e incentivar a geração de negócios na área do turismo. A existência de voos diretos para o país africano a partir de São Paulo, com duração de cerca de oito horas, pode favorecer o fluxo de turistas e as relações comerciais entre eles.

Destaque, ainda, para o Exporta SP, programa gratuito de capacitação para exportação coordenado pela InvestSP e que já formou mais de mil empresas de micro, pequeno e médio porte, produtores rurais e startups, para que acessem o mercado externo. A agência também mantém uma rede de escritórios internacionais, com unidades na América do Norte, na Europa, na Ásia e no Oriente Médio, que dão suporte aos empreendedores paulistas que atuam ou pretendem atuar nesses mercados.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/09/2025*

INTERNACIONAL - MINISTRO DOS PORTOS QUER SIMPLIFICAR ESTUDOS DE VIABILIDADE NOS PORTOS

Em seminário realizado pelo Brasil Export em Paris, Sílvio Costa Filho propôs que medida seja incluída no PL 733.

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



Costa Filho também defendeu uma melhor formatação do artigo do PL n. 733 que trata do prazo de validade dos arrendamentos portuários

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, defendeu nessa quarta-feira mudanças no processo de autorização de projetos portuários, em especial a simplificação dos estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTea) exigidos. E propôs que a medida seja incluída no Projeto de Lei n. 733/2025, que prevê um novo marco regulatório para os portos e, atualmente, está sendo

debatido na Câmara dos Deputados.

Costa Filho apresentou a sugestão na abertura do segundo dia do seminário “Ações para potencializar a competitividade do Brasil e ampliar o protagonismo no mercado internacional”, evento realizado pelo Fórum Brasil Export em Paris, como parte da programação da missão internacional do Grupo Brasil Export na França, que ocorre nesta semana. Na plateia, estavam empresários, lideranças do setor e deputados que integram a comissão especial da Câmara criada para analisar o PL n. 733, como o presidente, Murilo Galdino (Republicanos/PB); a primeira vice-presidente, Daniela Reinehr (PL/SC), o terceiro vice-presidente, Júlio Lopes (PP/RJ), e o relator, Arthur Maia (União/BA).

Ao comentar a necessidade de mudanças nos EVTea, o ministro afirmou que, atualmente, esta é uma exigência “contraproducente” e que pode ser “simplificada”, reduzindo a complexidade dessas análises e agilizando o processo de aprovação dos empreendimentos. E acrescentou que essa proposta deve ser bem recebida na Câmara.

O titular da pasta de Portos e Aeroportos também defendeu uma “melhor formatação” do Artigo 53 do PL n. 733, que trata do prazo de validade dos arrendamentos de terminais portuários e prevê que ele pode ser de até 70 anos. O texto do projeto de lei ainda estabelece que esse prazo pode ser aplicado nos contratos em vigor, “considerando a vigência original e todas as prorrogações, condicionada ao cumprimento das obrigações contratuais”.

Costa Filho afirmou que considera o tempo de validade dos arrendamentos portuários “uma questão mais sensível”. “Eu sou favorável que a gente possa fazer essa renovação (dos contratos). O que a gente precisa, na minha avaliação, é melhor qualificar como vai se dar essa renovação desses novos arrendamentos ou dos arrendamentos existentes. Mas saibam que vocês têm o nosso compromisso de que vamos avançar nesses pontos agora”, afirmou para os empresários na plateia.

O discurso de Sílvio Costa Filho

Confira a seguir outros pontos destacados pelo ministro de Portos e Aeroportos na manhã dessa quarta-feira, no seminário promovido pelo Brasil Export em Paris. Acordo com trabalhadores Costa Filho elogiou o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, e os dirigentes das federações de trabalhadores portuários pelo acordo firmado em relação às cláusulas do PL 733, em especial o fim da exclusividade desses profissionais para essas atividades. “Conseguimos avançar bem na questão da exclusividade dos trabalhadores portuário, tirando esse ponto. Foi um avanço significativo, debatido de forma técnica e madura entre empresários e sindicalistas”.



O ministro destacou que, após o leilão do Túnel Santos-Guarujá (SP), realizado na última sexta-feira, dia 5, sua “grande prioridade” é a concessão do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres e carga geral a ser instalado no Porto de Santos. Ele confirmou que o leilão será realizado ainda este ano, possivelmente na segunda quinzena de dezembro. E que irá apresentar oficialmente suas propostas nos próximos dias. “Não será uma posição do ministro Silvio, mas uma posição do Governo Federal, uma posição do governo do presidente Lula, onde a gente possa buscar ao mesmo tempo a democratização da participação e a não concentração de mercado, que é uma preocupação.

Porto de São Sebastião

A concessão do terminal de contêineres do Porto de São Sebastião, no Litoral Norte de São Paulo, ocorrerá simultaneamente ao leilão do Tecon Santos 10, disse Sílvio Costa Filho, A proposta, segundo ele, é que o porto se torne multipropósito, complementando as operações do de Santos.

Túnel Santos-Guarujá

O ministro irá se reunir nos próximos dias com a empresa portuguesa Mota-Engil Latam Portugal, vencedora do leilão para a implantação do Túnel Santos-Guarujá (SP), ligando as duas margens do complexo marítimo santista. Em pauta, o início dos trabalhos de construção. Silvio Costa Filho quer que os canteiros de obra comecem a ser instalados em dezembro e a obras, iniciadas em janeiro.

Brasil Export

Integrante da Missão França 2025 do Fórum Brasil Export, que está levando mais de 100 pessoas, entre autoridades e empresários, a visitas técnicas aos portos franceses, Costa Filho parabenizou o Grupo Brasil Export e seu CEO, Fabrício Julião, pela iniciativa. “(A missão) é muito importante para que a gente possa estreitar cada vez mais as nossas relações, ampliar as parcerias bilaterais do Brasil e, especialmente, buscar a unidade do mercado, ir ampliando o diálogo e construindo relações pessoais – acho que isso é o que mais importante na vida. E assim, no final, fortalecemos o setor, que é tão estratégico para o Brasil”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2025

INTERNACIONAL - SETOR PRIVADO DEFENDE MAIOR AUTONOMIA PARA PORTOS E DESBUROCRATIZAÇÃO

Outro ponto destacado foi a necessidade de fortalecimento do CAP e de maiores condições de financiamento

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Os temas foram expostos pelos representantes das entidades a pedido do próprio ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, que participa da Missão França 2025, em Paris

Uma maior autonomia para as administrações portuárias, o fortalecimento dos conselhos de Autoridade Portuária (CAP), a melhora das condições de investimento e a desburocratização do setor estão entre os pontos defendidos pelas principais lideranças empresariais do mercado portuário brasileiro. Eles foram apresentados durante a manhã de quarta-feira (10), no segundo dia do seminário “Ações para potencializar a competitividade do Brasil e ampliar o protagonismo no mercado internacional”, realizado pelo Fórum Brasil Export em Paris, como parte da programação da missão internacional do Grupo Brasil Export na França, que ocorre nesta semana.

Os temas foram expostos a pedido do próprio ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, que participa da missão. Para a autoridade, a opinião dos empresários é um “importante contribuição” para a proposta de um novo marco regulatório do setor, previsto no Projeto de Lei n. 733/2025, que está em debate em uma comissão especial da Câmara.

Na plateia do seminário, também estavam deputados que integram o comando dessa comissão, como o presidente, Murilo Galdino (Republicanos/ PB); a primeira vice-presidente, Daniela Reinehr (PL/SC), o terceiro vice-presidente, Júlio Lopes (PP/RJ), e o relator, Arthur Maia (União/BA).



O primeiro a falar entre os empresários foi o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Roberto Oliva. Para ele, o novo marco regulatório deve dar um tratamento mais igualitário entre os terminais portuários públicos (arrendados) e os de uso público (TUP), principalmente ao criar as condições para que os arrendatários de terminais façam os investimentos necessários nas suas instalações.

“Mas como conseguir isso com um contrato de 20 anos? Como viabilizar investimentos grandiosos com um período (de contrato) tão curto? “Por isso, temos de trabalhar com contratos maiores, de até 70 anos de validade, como prevê a atual proposta do novo marco regulatório. Esse é um ponto que tem de ser mandado”, afirmou Oliva.

Outro ponto destacado por Oliva é a importância de se descentralizar as decisões, hoje concentradas no Ministério, e regionalizá-las, dando maior autonomia para as administrações portuárias e fortalecendo o papel dos conselhos de Autoridade Portuária, que reúnem as respectivas comunidades portuárias nos debates sobre o desenvolvimento de seus complexos marítimos.

“É importantíssimo regionalizar as discussões. É um erro estratégico centralizar. O que tem que ser centralizado, com a devida vênia, são as políticas públicas. A autoridade portuária, ela tem que ter o ministério, o poder que define as políticas públicas e estratégicas. A realidade da Bahia é totalmente diferente da realidade de Cabedelo (PB), que é totalmente diferente do Amazonas. E você centralizar tudo isso em Brasília, que não tem braço, nem agilidade para tratar de tudo isso, não é correto. O Ministério tem que ser fortalecido, concordamos plenamente, mas a gente defende, primeiro, a descentralização”, destacou o representante da ABTP.

CAP

A descentralização administrativa e o fortalecimento dos CAP também foram destacados pelo presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino. “A Coalizão Portuária (colegiado que reúne as principais associações empresariais do setor) não defende hoje um CAP totalmente deliberativo, mas um CAP que seja consultivo de forma obrigatória, que ele participe. O CAP não pode participar de decisões do dia a dia. Se nós somos contra a burocracia, por que nós vamos fazer com que o administrador fique refém de tudo? O CAP tem de tratar de questões estratégicas”, explicou Aquino.

Entre as funções do CAP, estariam as sabatinas às indicações políticas para as diretorias das autoridades portuárias, uma forma de garantir a escolha de dirigentes mais profissionais e de qualidade. “Não se trata do CAP aprovar ou vetar os nomes, mas analisar e poder criticar, eventualmente criar um constrangimento com essa crítica. E na hora em que você cria constrangimento político, você começa a controlar a influência política partidária e leva o político a melhorar sua escolha”, explicou o presidente da Fenop. Mas os CAP não podem gerar uma maior burocracia para os portos, defendeu a diretora executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Gilmara Temóteo. “Temos de ter o fortalecimento das nossas autoridades portuárias e dos CAP, mas com limites para esses conselhos. Eles devem tratar principalmente de temas mais estratégicos, como o PDZ (sigla de Plano de Desenvolvimento e Zoneamento), que estabelece as regras para a exploração do complexo marítimo”, disse.

Autonomia

Sobre uma maior autonomia para as administrações portuárias, Gilmara argumentou que tal medida “viabilizaria investimentos qualificados nos portos”. E esse processo envolveria também uma simplificação regulatória. “Nós não estamos falando da ausência de regulamentação e de controle, mas de uma simplificação de processo”. A importância de uma maior autonomia para as autoridades portuárias ainda foi enfatizada pelo presidente da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abratec), Caio Morel. “Hoje, a Autoridade Portuária de Santos tem R\$ 3 bilhões em caixa. Se eles viessem maior autonomia, muitas das obras e melhorias que são necessárias já podiam ter sido feitas”, afirmou.

INTERNACIONAL - MARCO PORTUÁRIO EM DEBATE COBRA CRÉDITO, INOVAÇÃO E MENOS BUROCRACIA

Especialistas defendem novas linhas de financiamento, políticas de P&D e ambiente regulatório mais simples para destravar investimentos e manter a competitividade

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



Gabriela Costa, diretora-executiva da ATP, defendeu a criação de linhas exclusivas de financiamento para o setor e a possibilidade de utilização de novos instrumentos de crédito

As discussões sobre o novo marco regulatório do setor portuário, em andamento na Câmara dos Deputados, devem incluir ferramentas de financiamento e incentivos à inovação para garantir competitividade no longo prazo. A avaliação foi feita por dirigentes de entidades empresariais durante seminário promovido pelo Fórum Brasil Export, na quarta-feira (10), em Paris, como parte da Missão França 2025.

Gabriela Costa, diretora-executiva da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), defendeu a criação de linhas exclusivas de financiamento para o setor e a possibilidade de utilização de novos instrumentos de crédito.

“O FMM (Fundo da Marinha Mercante) já vem sendo bem utilizado para investimentos em infraestrutura portuária, mas precisamos viabilizar outras formas de captação, como social bonds, sustainability bonds e green bonds, que já existem no Brasil desde 2015”, afirmou.

Ela também cobrou a inclusão de políticas públicas para fomentar pesquisa, desenvolvimento e inovação na futura lei. “O Ministério (de Portos e Aeroportos) tem trabalhado esse tema, mas precisamos avançar. Sem incentivo à inovação, o setor perde competitividade”.

A mesma preocupação foi levantada por Angelino Caputo, diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), que destacou o impacto do atraso tecnológico para a eficiência do setor.

“Todos os outros segmentos da economia têm programas oficiais de pesquisa e inovação. A competitividade futura vai depender disso, e se não deixarmos isso contemplado na lei, vamos perder o bonde”, alertou.

Caputo também criticou a proposta de atribuir à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a competência de regular depósitos de contêineres vazios e terminais retroportuários alfandegados. “São atividades que funcionam há mais de 40 anos sem necessidade de regulação adicional. Isso vai na contramão da desburocratização”, afirmou.

O excesso de exigências para investimentos também foi questionado por Regis Prunzel, diretor-presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp). Ele citou o exemplo de um associado que precisou obter autorizações de pelo menos cinco órgãos diferentes — entre Autoridade Portuária, Capitania dos Portos e licenciadores ambientais municipais, estaduais e federais — para realizar uma obra de infraestrutura hídrica.

“É insano. Há um looping de exigências que desestimula o investimento. Precisamos de um ambiente de negócios que dê liberdade para empreender e segurança para quem quer investir pesado no setor”, afirmou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 11/09/2025

INTERNACIONAL - TCU VEM ADOTANDO POSTURA MAIS “PEDAGÓGICA”, AFIRMA VITAL DO RÊGO

Presidente da Corte de Contas participou de seminário promovido pelo Brasil Export em Paris nessa quarta-feira, durante missão técnica a França

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



Vital do Rêgo destacou atuação do ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, que estava na plateia. E disse que “talvez o senhor seja o ministro que mais frequenta o Tribunal de Contas - não para se defender, mas para propor soluções”

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, destacou a postura que a Corte vem adotando nos últimos meses, descrita como a de um “indutor do desenvolvimento econômico” no Brasil, com o órgão sendo mais “pedagógico” do que “sancionatório” e preocupando-se em se manifestar de forma célere sobre os investimentos públicos e

concessões no segmento de infraestrutura.

A apresentação foi feita para empresários e autoridades do setor portuário – entre eles, o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho – na manhã dessa quarta-feira, na abertura do segundo dia do seminário “Ações para potencializar a competitividade do Brasil e ampliar o protagonismo no mercado internacional”, organizado pelo Fórum Brasil Export em Paris.

O evento integrou a programação técnica da missão internacional do Grupo Brasil Export na França, que ocorre nesta semana.

Ao falar sobre como o TCU vem trabalhando, Vital do Rêgo enfatizou o papel do tribunal como “gestor” e “parceiro”, não “adversário”, ao fiscalizar projetos e gastos do Governo. “Ele tem que ser pedagógico antes de ser sancionatório”, afirmou. “Nós queremos é fazer com que o gestor possa se sentir confiante que tem no Tribunal de Contas um órgão de controle, um órgão regulador, mas absolutamente rápido e que oferece segurança jurídica. Rapidez, segurança jurídica, um tratamento que o gestor espera”

O presidente do TCU comentou que “o Brasil é um país litigante por excelência”, afirmando que “tudo que se quer, tudo que se pleiteia, se não se resolve administrativamente, vamos para a justiça”. Diante desse cenário, a Corte aposta na busca de consensos como forma de resolver litígios de forma mais rápida. “Foi assim que resolvemos litígios envolvendo o Aeroporto de Galeão, o Aeroporto de Guarulhos, o Aeroporto Santos Dumont”.

Vital ainda pontuou que tem no ministro de Portos e Aeroportos um parceiro nessa estratégia. E dirigindo-se a Sílvio Costa Filho, que estava na plateia, afirmou: “Talvez o senhor seja o ministro que mais frequenta o Tribunal de Contas – não para se defender, mas para propor soluções. O ministro tem sido um sujeito ativo na busca dos consensos. E é buscando esses consensos, destravando a economia, analisando as concessões e os arrendamentos com rapidez, que nós podemos dizer que, no ano 2024, nós liberamos quatro grandes licitações, com R\$ 4 bilhões de investimentos”.

Ao falar sobre o tempo de análise dos processos, Vital do Rêgo declarou que o setor privado pode esperar do TCU “sempre celeridade”. “Litígios que já duravam 20 anos, estamos resolvendo de forma consensual muitas vezes em 120 dias”, destacou.

O presidente da Corte também destacou a análise que o órgão está fazendo sobre o projeto de concessão do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres e carga geral que o Ministério de Portos e Aeroportos pretende implantar em Santos. “Nós estamos analisando ele de uma forma

bastante crítica em todos os detalhes. E daremos o nosso parecer e o nosso veredito. O parecer da nossa unidade técnica e o veredito do plenário”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2025

INTERNACIONAL - CNI COBRA POLÍTICA INDUSTRIAL DE LONGO PRAZO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Em seminário do Brasil Export, Ricardo Alban alerta para cenário global de protecionismo e pede ações para destravar investimentos e garantir competitividade

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



De acordo com Ricardo Alban, o comércio exterior está no centro de uma reconfiguração global marcada por políticas protecionistas e revisões de acordos bilaterais e multilaterais

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, afirmou que o Brasil precisa avançar na modernização de sua infraestrutura, ampliar acordos bilaterais e adotar uma política industrial consistente, capaz de sustentar o crescimento econômico no longo prazo. Ele participou, na quarta-feira (10), do seminário “Ações para potencializar a competitividade do Brasil e ampliar o protagonismo no mercado internacional”, promovido pelo Fórum Brasil Export em Paris, como parte da Missão França 2025.

Segundo Alban, o comércio exterior está no centro de uma reconfiguração global marcada por políticas protecionistas e revisões de acordos bilaterais e multilaterais. Ele alertou que o movimento iniciado pelos Estados Unidos, ao elevar tarifas e proteger sua indústria, tende a se espalhar por outras economias. “Não é apenas uma decisão do presidente americano, mas uma estratégia de proteção da economia e da produção local. Esse comportamento tende a se tornar uma pandemia econômica”, disse.

O presidente da CNI relatou que, em recentes reuniões em Washington, o setor produtivo brasileiro levou propostas para destravar negociações, como projetos voltados a data centers, minerais críticos e produção de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF). Segundo ele, o Brasil tem vantagem competitiva para atrair investimentos nessas áreas por dispor de energia limpa e abundante. “Podemos transformar fontes intermitentes em energia firme, desenvolver super-baterias e agregar valor às reservas minerais. Também podemos liderar a produção de SAF a partir do etanol, atendendo à demanda crescente das companhias aéreas”, afirmou.

Outro ponto enfatizado foi a necessidade de uma política industrial de longo prazo, comparável à que consolidou o agronegócio brasileiro como potência global. “Desde a ditadura militar não temos política industrial consistente.

Chegamos ao absurdo de extinguir o Ministério da Indústria e Comércio. Agora voltamos a ter uma política, mas os recursos ainda são insuficientes. Precisamos garantir que ela se torne política de Estado”, defendeu.

Ao final, o dirigente defendeu que o setor produtivo dê exemplo de compromisso com o país, atuando de forma colaborativa para destravar reformas estruturais, como a administrativa e a da Previdência.

O Brasil Export anunciou, ao final do encontro, que a CNI passará a integrar o colegiado de entidades do setor. Alban também confirmou presença no fórum nacional Brasil Export, que será realizado de 28 a 30 de outubro, em Brasília (DF).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2025

INTERNACIONAL - PAZUELLO APRESENTA ATUAÇÃO DA FREPPEGEN E REFORÇA PAPEL DO SETOR ENERGÉTICO

Durante a Missão França 2025, deputado destacou caráter suprapartidário da frente e a importância do petróleo e do gás na transição energética

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br



Em sua apresentação, Pazuello destacou que a FREPPEGEN é suprapartidária e reúne hoje cerca de 270 deputados de 18 partidos, “numa diagonal que vai do Novo ao PCdoB”

O presidente da Frente Parlamentar em Apoio ao Petróleo, Gás e Energia (FREPEGE), deputado federal Eduardo Pazuello (PL-RJ), fez uma apresentação detalhada nesta quarta-feira (10) em Paris, durante a Missão França 2025, promovida pelo Fórum Brasil Export. Ele

explicou o papel da frente parlamentar, sua composição e a relação do colegiado com o Congresso Nacional e o setor privado.

Pazuello destacou que a FREPEGE é suprapartidária e reúne hoje cerca de 270 deputados de 18 partidos, “numa diagonal que vai do Novo ao PCdoB”. Segundo ele, esse modelo permite que a frente atue de forma transversal e conecte as principais demandas do setor aos parlamentares.

“Não existirá transição energética em lugar nenhum do mundo sem petróleo, gás e todas as fontes de energia. É uma falácia achar que é possível abandonar a base da matriz energética”, afirmou o deputado, ao comentar o desafio de conciliar sustentabilidade e segurança energética.

O parlamentar explicou que o braço operacional da frente é o Instituto de Petróleo, Gás e Energia (IPEGE), responsável por monitorar ações governamentais, propor projetos de lei e organizar debates e estudos. Ele lembrou que o instituto foi formalizado no fim de 2024 e passou a operar plenamente em março deste ano.

Pazuello também elogiou a parceria com o Grupo Brasil Export, responsável pela comunicação do IPEGE. “Usamos toda a capacidade do Fabrício Julião (CEO do grupo) e do Brasil Export para divulgar os trabalhos e participar de eventos”, disse. Ele enfatizou que a marca Brasil Export foi ampliada para incluir um braço voltado ao setor de minas e energia, que dará suporte direto às ações da frente parlamentar.

Por fim, o deputado ressaltou que o objetivo da FREPEGE é criar um canal estruturado de interlocução entre o setor energético, o Legislativo e demais poderes. “A força da frente parlamentar está na orientação de voto que chega a 270 deputados, permitindo que as decisões sejam construídas de forma coletiva e transparente”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/09/2025



ESPAÑHOLA IBERDROLA COMPRA FATIA DA PREVI NA NEONERGIA E PASSA A DETER 84% DA DISTRIBUIDORA

Participação adicional de 30% na companhia de distribuição de energia foi negociada por R\$ 12 bilhões

Por Leticia Lopes e Agências Internacionais



Linhas de transmissão e turbinas eólicas da Iberdrola na Espanha: empresa tenta ampliar diversificação do portfólio entre geração renovável e infraestrutura de redes — Foto: Angel Garcia/Bloomberg

A espanhola Iberdrola comprou toda a participação da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, na Neoenergia e, assim, passou a deter 84% da distribuidora brasileira de energia. A aquisição de uma participação adicional de 30% na companhia foi feita por cerca de R\$ 12 bilhões (US\$ 2,2 bilhões), segundo

comunicado da Iberdrola.

A operação ainda precisa de autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a expectativa da Iberdrola é que o negócio seja concluído no próximo trimestre.

A compra, diz a empresa, faz parte de sua estratégia de aumentar os investimentos em distribuição e transmissão de energia. No mês passado, a Iberdrola levantou cerca de US\$ 10 bilhões por meio de um aumento de capital e da venda de ativos no México, com o objetivo de reforçar sua presença neste segmento. Assim como outras concessionárias, a empresa busca ampliar investimentos diante da necessidade de modernização das redes com a crescente geração de energia renovável.

Além disso, o negócio reforça a necessidade de empresas do setor de manter um portfólio diversificado de ativos entre geração renovável e redes. Nos Estados Unidos, recentemente, o presidente Donald Trump tomou medidas para bloquear um projeto de energia eólica offshore desenvolvido pela Avangrid, subsidiária da Iberdrola.

A Iberdrola pagará R\$ 32,5 por ação, um prêmio de 15% em relação ao preço de fechamento da Neoenergia na quarta-feira. O anúncio da operação fez os papéis abrirem o mercado em alta nesta quinta-feira. Às 11h45, as ações subiram a 2,94%, sendo negociadas a R\$ 29,02. Os papéis da companhia já subiram quase 50% neste ano, atingindo um recorde no início do mês.

Para analistas, o aumento na participação da Iberdrola na distribuidora brasileira sinaliza para um possível fechamento do capital da companhia. Cerca de 16% das ações são livremente negociadas.

— O baixo free-float (o percentual do capital disponível para negociação pública, excluindo ações de controladores) pós aquisição nos faz acreditar que um eventual fechamento de capital é um cenário que não deve ser descartado — afirmou em relatório o analista Ygor Bastos, da Genial Investimentos.

Já para Antonio Junqueira, Gisele Gushiken e Maria Schutz, do BTG, a intensidade de capital do setor elétrico no Brasil e as oportunidades futuras potenciais permitem que a Iberdrola opte por "manter as portas do mercado de capitais brasileiro abertas":

— A Iberdrola agora deve tomar seu tempo para decidir estrategicamente seu próximo passo. O ponto mais importante sobre o debate do fechamento de capital é que a controladora não precisa se apressar em uma decisão.

A Neoenergia opera 18 linhas de transmissão e atende 40 milhões de consumidores por meio de cinco distribuidoras nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, São Paulo e no Distrito Federal.

Para a Previ, vender a fatia na distribuidora foi uma operação alinhada ao planejamento estratégico do fundo de pensão. A participação na Neoenergia estava avaliada em R\$ 10 bilhões. Dessa forma, o fundo calcula um ágio de cerca de R\$ 2 bilhões em relação ao valor de mercado.

Como mostrou a coluna Capital, o comando da Previ divulgou na segunda-feira que dados prévios para o mês de agosto indicam que a fundação transformará o déficit acumulado de R\$ 3,16 bilhões registrado no ano passado em um superávit acumulado de até R\$ 1 bilhão. Uma das alavancas do resultado foi o desempenho da Bolsa, que responde por quase um quarto da carteira do maior plano da Previ (o Plano 1, de benefício definido, com cerca de R\$ 230 bilhões investidos) e vinha de um mês instável por causa do tarifaço de Donald Trump.

Com a operação com a Iberdrola, "a condição de superávit foi ampliada", segundo a Previ.

Os R\$ 12 bilhões da venda da participação na Neoenergia se somam a cerca de R\$ 7 bilhões em participação acionária em 12 empresas, incluindo a BRF, que a fundação se desfez entre janeiro e agosto. Os recursos foram reinvestidos em NTN-Bs (títulos do Tesouro Nacional protegidos da inflação, com uma taxa de juros pré-estabelecida). Ainda não está definido se o valor da operação com a Iberdrola seguirá o mesmo caminho.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/09/2025

TCU ALERTA QUE EXECUTIVO NÃO ATENDEU DECISÃO SOBRE GOVERNANÇA DE BENEFÍCIOS FISCAIS

Avaliação é que ainda persistiam lacunas relevantes, notadamente nas etapas de formulação e monitoramento das políticas de renúncias tributárias

Por Geralda Doca — Brasília



A sede do Tribunal de Contas da União (TCU) em Brasília — Foto: Valter Campanato/ Agência Brasil/ 03-07-2023

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que o governo federal descumpra decisão da Corte que determinou a criação de um modelo de governança para a concessão e gestão de benefícios fiscais, o que compromete os custos e os resultados dos programas governamentais. O alerta foi dado pelos ministros na sessão do plenário nesta quarta-feira.

Em 2020, ainda no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o TCU apontou a necessidade de aprimoramento do modelo de gestão de despesas tributárias e fez várias recomendações. Entre elas, definição de objetivos, metas, indicadores, prazo de vigência; cronograma de revisões periódicas e mecanismos de coordenação entre órgãos centrais e setoriais para a gestão de políticas públicas financiadas com renúncias tributárias.

O TCU determinou nesta quarta que os ministérios do Planejamento e Orçamento, da Fazenda e da Casa Civil sejam notificados sobre a implementação efetiva de um modelo de governança para a concessão e gestão de benefícios fiscais. Segundo a Corte a demora na institucionalização desse modelo "não se harmoniza com as diretrizes" do decreto 2023, que trata do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

O TCU monitora o tema desde 2009. A avaliação é que ainda persistiam lacunas relevantes, notadamente nas etapas de formulação e monitoramento das políticas de renúncias.

No processo, a Corte lembra que a Emenda Constitucional 109/2021 instituiu regras para a redução de benefícios tributários, estabelecendo a aprovação de uma lei com critérios para reduzir de forma gradual o volume de renúncia fiscal. Em 2021, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei, que trata do plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária.

Contudo, o TCU apontou que em 2022 houve uma ampliação significativa das renúncias de receitas tributárias. Foram instituídas 35 desonerações tributárias em 2022, contra 24 em 2021, sendo estimado o montante total de R\$ 202,2 bilhões para essas desonerações no período de 2022 a 2025, contra R\$ 54 bilhões do período de 2021 a 2024.

"Os números apurados nestas contas revelam que não há evidências de que os benefícios estão contribuindo para reduzir as disparidades regionais e sociais, mas, ao contrário, estão acentuando as diferenças, considerando, por exemplo, que a região Sudeste ainda concentra a maior parte dos benefícios (46,4% do total) e as regiões Norte e Nordeste – detentoras dos piores indicadores socioeconômicos – ainda recebem os menores valores per capita de benefícios tributários", diz o relatório do TCU.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/09/2025

SOB PRESSÃO DOS EUA, MÉXICO APROFUNDA PROTECIONISMO E PLANEJA ELEVAR TARIFAS DE IMPORTAÇÃO, COM A CHINA NO ALVO

Presidente Claudia Sheinbaum alega necessidade de proteger milhares de empregos da indústria local, incluindo a de automóveis
Por AFP — Cidade do México



A presidente do México, Claudia Sheinbaum, discursa durante um comício — Foto: AFP

O governo do México apresentou hoje uma proposta enviada ao Congresso para elevar suas tarifas de importação de produtos de vários países.

É uma tentativa de proteger setores estratégicos de sua indústria, principalmente da concorrência de produtos chineses, sobretaxados nos Estados Unidos, e que podem ser desviados para o mercado mexicano no momento em que o país também enfrenta tarifas

americanas para seus produtos.

As tarifas propostas pelo governo de Claudia Sheinbaum chegam a até 50%, e os produtos chineses estão no alvo, inclusive por pressão dos EUA. O governo de esquerda da presidente conta com ampla maioria no Congresso bicameral para aprovar a proposta.

A Secretaria de Economia (equivalente ao Ministério da Fazenda) do México divulgou hoje um projeto de lei apresentado ao Congresso, que mira países com os quais o México não tem acordos comerciais e chega em meio a pressões comerciais dos Estados Unidos.

Segundo a proposta, os carros leves teriam de pagar uma alíquota de 50%, ante a faixa atual de 15% a 20%. A China, que segundo o governo é o maior exportador para o México sem acordo comercial, seria fortemente afetada, especialmente o setor automotivo.

As vendas de montadoras chinesas ao país cresceram quase 10% em 2024. Segundo dados da indústria mexicana, as fabricantes da China passaram de praticamente não exportar nenhum carro há uma década a ocupar 30% do mercado de veículos leves no ano passado.

Além do gigante asiático, o projeto prevê tarifas sobre produtos da Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Rússia, Tailândia e Turquia, que também não têm acordos comerciais com o México.

Outros setores impactados seriam o têxtil e o de vestuário, cujas taxas poderiam chegar a 50%, o que pode afetar as grandes marcas chinesas que vendem pela internet. Os impostos do setor siderúrgico passarão da faixa atual de 0% a 50% para entre 20% e 50%, de acordo com o projeto.

Se a proposta for aprovada pelo Legislativo, terá impacto em "US\$ 52 bilhões em importações" e abrangerá "8,6% do total das importações nacionais", explicou a Secretaria de Economia no documento.

Pressões dos EUA

A iniciativa vem depois de a presidente Claudia Sheinbaum receber, há uma semana, em visita oficial, o chefe da diplomacia dos Estados Unidos, Marco Rubio, com quem conversou sobre segurança, combate ao narcotráfico e comércio.



Marco Rubio e Claudia Sheinbaum se reuniram no Palácio Nacional, na Cidade do México — Foto: Jacquelyn Martin / POOL / AFP

Em meio às exigências do presidente dos EUA, Donald Trump, para que seus parceiros comerciais elevem as tarifas contra a China, a mandatária mexicana já havia adiantado novas taxas para países com os quais não há acordos comerciais.

O aumento das tarifas busca "proteger a indústria nacional em setores estratégicos, substituir importações da Ásia por produção nacional" e "melhorar a balança comercial do México", detalha o projeto divulgado pela Secretaria de Economia, que prevê a preservação de 325 mil empregos que estão em risco em indústrias estratégicas.

A pasta assegurou ainda que essas tarifas se mantêm dentro do limite máximo estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e que os produtos foram selecionados de forma a não gerar pressões inflacionárias.

No território mexicano estão instaladas gigantes do setor automotivo, como as americanas General Motors e Ford, a alemã Volkswagen e as japonesas Nissan, Honda e Toyota.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/09/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

INVESTIMENTO BILIONÁRIO LEVA AO ESPÍRITO SANTO O MAIOR CONDOMÍNIO LOGÍSTICO DO BRASIL; ENTENDA

Empresas ampliaram investimentos na região para usufruir de incentivos fiscais; mercado imobiliário corporativo do Estado cresce desde 2022

Por Breno Damascena

O mercado de galpões logísticos do Espírito Santo vive um momento histórico. Impulsionada pelo aumento da demanda, incentivos fiscais robustos e localização privilegiada, a região assiste ao preço do metro quadrado subir e a taxa de vacância cair, mesmo com o crescimento do mercado. Agora o Estado se prepara para receber o maior condomínio logístico do Brasil.

Segundo a consultoria Colliers, o mercado imobiliário corporativo do Espírito Santo entrou em uma fase de crescimento em 2022. Desde então, saltou de 580 mil m² para mais de 1,4 milhão de m² no segundo trimestre de 2025. O aumento no inventário existente não diminui os custos. Pelo contrário, eles aumentaram.

Transformação do mercado de galpões no Espírito Santo
 EM PORCENTAGEM POR TRIMESTRE



No mesmo período, o preço médio do metro quadrado foi de R\$ 21,55 para R\$ 25,22. O avanço do setor, segundo a companhia, reflete a entrega de novos empreendimentos e a consolidação da região como polo de interesse para ocupações comerciais e industriais.

O Espírito Santo também tem uma taxa de vacância de 3,8%, uma das menores do País. A média nacional é de 9%. “Em 2021, o mercado começou a se profissionalizar com a iniciativa de investidores locais, construindo galpões melhores”, diz Maurício Nascimento, gerente da Colliers Brasil.

“As empresas ampliaram seus investimentos na região para usufruir de incentivos fiscais. É um benefício tão considerável que compensa desafios logísticos e custos de locação”, complementa.

Infraestrutura e incentivos fiscais

Por meio dos programas Compete-ES e o Invest-ES, o governo do Espírito Santo oferece incentivos fiscais que garantem reduções no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas de comércio eletrônico, atacadistas e importadoras.

Os programas reforçam a vocação da região, que tem ligação direta a importantes rotas logísticas.

Regiões com os maiores inventários do Brasil

EM MILHÕES

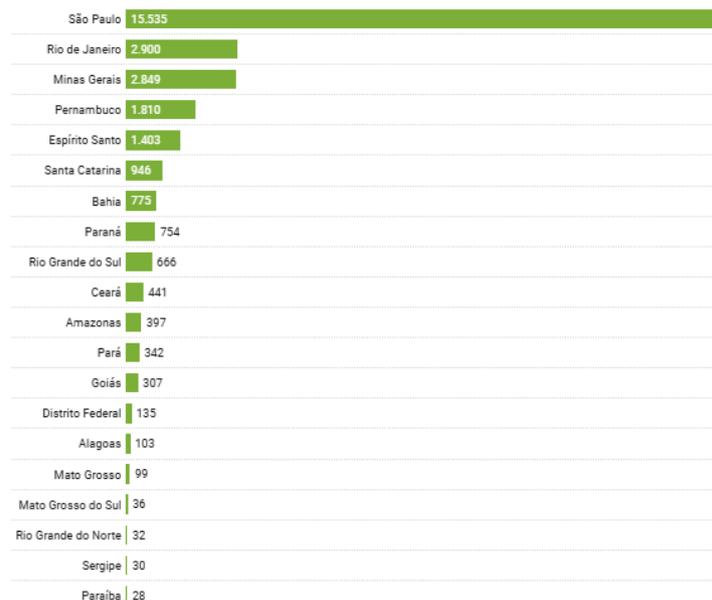


Gráfico: Estadão • Fonte: Colliers Brasil • Obter dados

Segundo o secretário de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo, Rogério Salume, os programas, com vigência até o final de 2032, representam instrumentos estratégicos para o

desenvolvimento econômico do Espírito Santo. “Conseguimos atrair novos investimentos, estimular a instalação de empresas e a expansão de galpões logísticos, gerando empregos e movimentando a economia”, destaca.

Na visão de Rodrigo Couto, diretor industrial e de logística da consultoria CBRE, existem fatores macroeconômicos que ajudam a explicar o cenário favorável, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima da média brasileira e uma taxa de desemprego de apenas 4% — atualmente a menor do Sudeste e a quarta menor do país.

“Também é importante destacar a renovação do Aeroporto de Vitória, que gera uma captação importante para atração de negócios, e o Contorno do Mestre Álvaro, que vai expandir a possibilidade de desenvolvimento de novos negócios imobiliários na região, principalmente ao conectar polos desde a Vitória até a Serra e a Cariacica”, justifica.

No final de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras autoridades participaram da cerimônia de conclusão das reformas do Contorno do Mestre Álvaro, um trecho da rodovia BR-101/ES que conta com um tráfego de aproximadamente 50 mil veículos por dia. “O Contorno veio para resolver um problema antigo do Estado”, diz Nascimento.



“Os caminhões trafegavam por dentro da cidade e principalmente a região da Serra era muito prejudicada. A reforma fez com que o trânsito passasse a fluir melhor, motivando investidores a desenvolver novos negócios”, comenta.

Ele cita Arezzo, Autoglass, Heckler, FedEx, Mercado Livre e Suzano como empresas que migraram ou aumentaram a participação na região.

Dados da Colliers apontam que, desde a entrega do Contorno do Mestre Álvaro, o mercado de galpões no Espírito Santo cresceu quase 500 mil m². A região do município da Serra concentra cerca de 43% do inventário total do Estado, com 601 m² de área. Viana (ES) tem 366 mil m², e Cariacica (ES), 235 mil m².

Inaugurado em 2021, o Porto Canoa Log, localizado na Serra, navegou neste ambiente para se tornar o maior condomínio logístico do Espírito Santo. O empreendimento com dois galpões soma 96 mil m² de área locável e está ocupado pelo Grupo Boticário, Fast Shop e Whirpool, entre outras empresas. O ativo faz parte do Vinci Logística FII (VILG11), fundo imobiliário gerido pela Vinci Partners.

O título de maior complexo logístico da região, porém, está prestes a mudar de mãos. A Private Construtora anunciou um investimento de R\$ 2 bilhões para desenvolver um condomínio de galpões

com mais de 620 mil metros quadrados de área bruta locável. O projeto é apontado como um ponto de inflexão do setor e será o maior deste segmento no Brasil.

O maior condomínio logístico do Brasil

Atualmente, o maior condomínio logístico do Brasil é o GLP Guarulhos, com 440 mil m² de área locável em um terreno de 1,2 milhão de m² na cidade de Guarulhos, no entorno de São Paulo.

O Private Log será desenvolvido em um terreno de 1,5 milhão de m², adquirido pela construtora por R\$ 378 milhões com recursos próprios. O projeto prevê a construção de quatro naves de galpões, um posto de gasolina, um outlet, restaurante, quadra de tênis, academia e até uma piscina.

“A entrega do Private Log é um fator-chave para que o Espírito Santo ultrapasse Pernambuco e se torne o quarto maior mercado de galpões do Brasil”, ilustra Nascimento, que lembra que a gestão dos aluguéis será tocada pela Colliers.

Os maiores galpões do Espírito Santo

ÁREA BRUTA LOCÁVEL EM M²



Gráfico: Estadão - Fonte: Colliers Brasil - [Obter dados](#)

Em fase inicial de obras, o condomínio deve ficar pronto em 2028, mas a primeira entrega, com 170 mil m², tem previsão para ser feita em 2026. E já tem o primeiro cliente fechado, a Mila Transportes, uma empresa de transporte de cargas.

O galpão foi negociado a R\$ 32,80 por metro quadrado, valor que é 30% superior à média regional, de R\$ 25,22, segundo levantamento da Colliers. O valor ilustra a alta demanda da região, que atualmente tem uma taxa de vacância de 3,8%.



O fundador da Private, Mateus Vitoria Oliveira, explica que também já está em conversas avançadas com outras três empresas interessadas, além de fundos para financiar o restante da obra.

Desenvolvido pela Private Construtora, o Private Log terá investimento de R\$ 2 bilhões. Foto: Divulgação/Private Construtora

O Espírito Santo tem uma vocação logística

muito grande, mas os grandes players estão focados no eixo Rio-São Paulo, afirma o empresário. “Estamos vendo empresas desesperadas para conseguir bons espaços na região”, afirma.

“Além disso, estamos a uma distância de 1,2 mil km de 70% do PIB, o que torna um ponto de ‘last mile’ relevante para a distribuição de mercadorias a outros mercados”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/09/2025

CARLOS SLIM TEM MAIOR POSIÇÃO INDIVIDUAL EM TÍTULOS DA BRASKEM IDESA

Companhia mexicana tem problemas de caixa, falta de insumos e até atrasos na manutenção
Por Cynthia Decloedt (Broadcast) e Talita Nascimento (Broadcast)



Empresário mexicano Carlos Slim tem se movimentado e montado posição no mercado secundário de bonds Foto: Yuri Cortez/AFP

O empresário mexicano Carlos Slim tem se movimentado e montado posição no mercado secundário de bonds, já se preparando para uma renegociação de dívidas da Braskem Idesa (subsidiária mexicana da Braskem), da qual detém cerca de 25% das ações.

Segundo fontes próximas ao assunto, ele já teria uma das maiores fatias desses títulos, o que lhe dá vantagens na negociação e pode levá-lo a aumentar participação acionária na empresa.

Normalmente, a conversão de dívida em ações é uma das estratégias utilizadas em reestruturações de dívida.

A situação da Braskem Idesa, conforme mostrou o Broadcast, se agravou pela dificuldade de gerar caixa, após falhas de fornecimento da petroleira estatal mexicana, a Pemex, e do atraso de uma parada de manutenção.

A renegociação em curso visa fazer frente a uma empresa com problemas de liquidez e que precisa de novos prazos para os vencimentos de bonds.

A expectativa de alguns interlocutores é, no entanto, de que as conversas levarão a um corte (haircut) profundo no valor da dívida da companhia. “A situação de liquidez da Idesa é mais crítica do que se imagina e a reestruturação será dura”, disse uma das fontes com conhecimento do assunto.

Outra fonte próxima à empresa acrescenta que a Idesa segue adimplente e que, neste momento, renegocia as condições de vencimentos que ainda estão por vir.

Alavancagem

Para a Braskem, que atualmente tem 75% de participação na Idesa, os impactos são limitados e, eventualmente, positivos. “A visão, inclusive de analistas do setor, é a de que toda essa questão não afeta, ao menos a princípio, o caixa da Braskem”, disse a fonte próxima à empresa.

Isso porque, além de ainda não haver atrasos, essas dívidas não poderiam ser cobradas da empresa-mãe brasileira. “Uma solução para a Braskem Idesa pode melhorar o valor de mercado da Braskem”, acrescentou outra fonte que é interessada no assunto e acompanha de perto os movimentos.

A dívida líquida da Braskem Idesa é de cerca de US\$ 2 bilhões, com alavancagem de 10,21 vezes (Dívida líquida sobre Ebitda Recorrente). Em 2029, se concentram 44% dos vencimentos da empresa, somando US\$ 995 milhões. Procurada, a Braskem não comentou até o fechamento desta reportagem.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/09/2025

‘BRASIL NÃO PODE DEPENDER APENAS DO MERCADO CHINÊS’, DIZ CEO DA JBS

Gilberto Tomazoni reforçou que a carne bovina tende a se consolidar como a ‘carne nobre’ em países que aumentam a renda da sua população

Por Leandro Silveira (Broadcast) e Gabriel Azevedo (Broadcast)

O CEO global da JBS, Gilberto Tomazoni, avaliou que a China continuará sendo um destino estratégico para as exportações brasileiras de proteínas, mas ressaltou a necessidade de diversificação durante participação no Agro Summit, evento promovido pelo Bradesco BBI. “Não podemos pensar só na China. O Brasil abriu muitos mercados recentemente. Acabamos de abrir a Indonésia, por exemplo. Olhe o tamanho da população, é um mercado com potencial enorme”, acrescentou.

No caso da carne bovina, Tomazoni destacou que ainda há um grande potencial de crescimento do mercado chinês. “O consumo era de 4,5 quilos per capita, hoje está em torno de 8 a 9 quilos. Ainda assim, é muito baixo. Se você pensar no aumento do poder aquisitivo, existe um espaço enorme para crescer o consumo.”



Tomazoni destacou que ainda há um grande potencial de crescimento do mercado chinês Foto: Paulo Vitale

Tomazoni reforçou que a carne bovina tende a se consolidar como a “carne nobre” em países que aumentam a renda da sua população. “Conforme a renda aumenta, cresce a demanda por carne bovina. O frango também cresce, mas se existe um produto associado à ascensão de renda, esse produto é a carne bovina.”

Segundo ele, o país asiático é o maior produtor mundial de carne suína, responsável por 50% da produção global, e também tem produção de frango, mas abre espaço para importações de cortes específicos. “Os pés de frango são considerados um prato sofisticado lá. Outro caso é a asa de frango, que tem altíssima valorização. Isso abre espaço para o Brasil continuar exportando”, disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/09/2025

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA OS EUA CAEM 18,5% EM AGOSTO, COM IMPACTO DO AUMENTO DAS TARIFAS

Mesmo produtos não sujeitos a sobretaxas registraram queda devido à diminuição na demanda norte-americana, segundo dados compilados pela Amcham

Por Gustavo Nicoletta (Broadcast)

As exportações do Brasil aos Estados Unidos em agosto foram prejudicadas pelas tarifas impostas pelo presidente Donald Trump. Elas contribuíram para a queda de 18,5% em relação ao mesmo período de 2024, segundo dados compilados pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham).

Segundo o levantamento com base em dados da ComexStat, as exportações brasileiras de itens com sobretaxas caíram 22,4%, puxando o desempenho negativo do mês.



Mesmo com tarifas, alguns setores apresentaram desempenho positivo em agosto, mostra levantamento Foto: Anderson Coelho/Estadão

Por categoria, a exportação de itens com tarifa de 10% despencou 35,9% em agosto em relação a igual mês de 2024. A de produtos com sobretaxas de 40% ou 50% registraram um decréscimo de 14,4%. Os produtos alvo das medidas da Seção 232, que incluem artigos de alumínio e aço, também sofreram redução, de 22,6%.

Os produtos não sujeitos a sobretaxa, embora menos afetados, ainda assim registraram queda de 7,1%, influenciada pela diminuição na demanda norte-americana por petróleo, que caiu 37%, e semiacabados de ferro e aço, que recuaram 23,4%, segundo o relatório da Amcham.

Mesmo face aos desafios impostos pelas tarifas, alguns setores apresentaram desempenho positivo. Produtos como pneus de borracha, equipamentos de engenharia civil e gorduras animais conseguiram expandir suas vendas nos EUA. Segundo a Amcham, isso sugere que a antecipação de embarques foi uma estratégia entre exportadores para mitigar os impactos tarifários.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/09/2025

ECONÔMICO
Valor
Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

DÉFICIT COMERCIAL DO BRASIL COM EUA AUMENTA EM 2025, SOB EFEITO DE TARIFAS, DIZ AMCHAM

Valor passou de US\$ 0,7 bilhão de janeiro a agosto de 2024 para US\$ 3,4 bilhões em iguais meses deste ano

Por Marta Watanabe, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação/Porto de Santos

A balança comercial de agosto mostra que as sobretaxas impostas pelos Estados Unidos provocaram uma queda expressiva nas exportações brasileiras e vêm contribuindo para a desaceleração das importações de produtos norte-americanos pelo Brasil. O resultado é um aumento do déficit comercial para o Brasil, que se aprofundou de US\$ 0,7 bilhão de janeiro a agosto de 2024 para US\$ 3,4 bilhões em iguais meses deste ano.

Os dados foram destacados pela Câmara Americana de Comércio (Amcham) em relatório baseado nos dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic).



As exportações brasileiras para os EUA somaram US\$ 26,6 bilhões no acumulado do ano, crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período de 2024 e novo recorde para o período. Em agosto, porém, os embarques aos americanos caíram 18,5%, puxada principalmente pelos produtos atípicos pelas novas tarifas, diz o relatório.

As compras externas de produtos americanos também sofrem os efeitos das tarifas, especialmente em setores mais integrados com a indústria americana, como carvão mineral, essencial para a produção da siderurgia no Brasil, destaca a Amcham. No acumulado do ano, as importações brasileiras de produtos americanos somaram US\$ 30 bilhões, crescimento de 11,4% em relação a 2024.

No entanto, o ritmo de expansão, que superava os 18% em junho e julho, caiu para apenas 4,6% em agosto, indicando perda de dinamismo nas trocas bilaterais. Enquanto o déficit comercial norte-americano com o mundo aumentou 22,4% no acumulado do ano, alcançando US\$ 809,3 bilhões, o Brasil se destacou como um dos poucos parceiros com os quais os EUA ampliaram seu superávit comercial. O saldo positivo dos EUA no comércio bilateral, o que significa déficit comercial para o Brasil, atingiu US\$ 3,4 bilhões entre janeiro e agosto ante US\$ 0,7 bilhão em iguais meses de 2024.

Na exportação, os itens sujeitos à política tarifária americana caíram 22,4% em agosto, apesar de alguns segmentos ainda manterem desempenho positivo no ano devido à antecipação de embarques. Produtos fora do escopo das novas tarifas apresentaram queda mais moderada, de 7,1% no mês e 10,3% no acumulado, influenciados sobretudo por fatores de mercado, como a menor demanda dos EUA por petróleo e derivados, indica a divulgação da Amcham.

Entre os setores com desempenho negativo no acumulado estão os de óleos combustíveis de petróleo (-16,1%), celulose (-15,7%) e semiacabados de ferro e aço (-9,8%). Em contrapartida, carne bovina (+93,4%), café (+33,0%) e aeronaves (+11,2%) registraram crescimentos expressivos, demonstrando resiliência mesmo em um cenário de maior incerteza.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 11/09/2025

TCU QUER MAIS TRANSPARÊNCIA EM OBRAS DO NOVO PAC

Tribunal recomenda também que governo reforce gestão do programa
Por Renan Truffi e Sofia Aguiar — De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem que a Casa Civil promova melhorias no Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A decisão saiu após o tribunal identificar que é necessário ampliar a transparência do programa em pontos como o critério de seleção de projetos, a própria atuação da Casa Civil, o acompanhamento das obras e a clareza das informações divulgadas no site do Novo PAC. Também foram encontradas falhas na expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Procurada, a Casa Civil informou que não foi notificada.

A determinação se deu em sessão plenária realizada ontem. O processo é relatado pelo ministro Antonio Anastasia, que examinou a execução do programa de investimentos lançado pelo governo petista em 2023.

O tribunal determinou que a Casa Civil inclua no portal do Novo PAC, em até 180 dias, informações detalhadas sobre as ações financiadas por investimentos privados, como valores totais, cronogramas, percentuais de execução, etapas concluídas e previsão de término. Também deverá tornar públicos indicadores de desempenho capazes de avaliar o progresso das obras, incluindo execução física, cumprimento de prazos e aderência ao orçamento.

Outro ponto é o esclarecimento das fontes de financiamento para cada empreendimento, com informações que permitam entendimento claro pela sociedade. Além disso, a Casa Civil deverá

explicar os critérios usados para a inclusão de projetos no programa, tanto os aprovados pelo comitê gestor (CGPAC) quanto os selecionados pela modalidade PAC Seleções.

O TCU também fez recomendações para fortalecer a gestão do programa. Entre elas, a necessidade de detalhar cronogramas, contrapartidas, execução física e financeira e orçamentos. Recomendou também que a Casa Civil apresente justificativas para a inclusão de empreendimentos logísticos, com dados sobre custos, prazos, riscos e benefícios considerados.

O TCU sugeriu o desenvolvimento de sistema informatizado para monitorar os mais de 20 mil empreendimentos do Novo PAC.

Como mostrou o Valor, o Novo PAC tem sido motivo de preocupação no governo. Segundo pesquisa interna, o programa é conhecido por apenas 40% da população. O índice gerou alerta no Planalto, que, de olho nas eleições, passou a cobrar maior empenho na divulgação do Novo PAC, principal aposta para destravar obras.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/09/2025

PETRÓLEO SOBE MAIS DE 1,5% COM TENSÕES GEOPOLÍTICAS

O futuro do petróleo tipo Brent (a referência mundial) com vencimento em novembro subiu 1,65% e o WTI (a referência americana) com entrega prevista para outubro avançou 1,66%

Por Luana Reis, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação/Petrobras

Os contratos futuros do petróleo fecharam em alta nesta quarta-feira (10), com operadores incorporando maior prêmio de risco aos preços da commodity diante da escalada de tensões geopolíticas.

No fechamento, o futuro do petróleo tipo Brent (a referência mundial) com vencimento em novembro subiu 1,65%,

cotado a US\$ 67,49 por barril, na Intercontinental Exchange (ICE). O WTI (a referência americana) com entrega prevista para outubro avançou 1,66%, a US\$ 63,67 por barril, na New York Mercantile Exchange.

Investidores reagiram ao ataque israelense ao Catar, ontem, que diminuiu a perspectiva de um cessar-fogo no conflito na Faixa de Gaza, e à derrubada de drones pela Polônia. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, questionou a Rússia sobre a autoria da incursão aérea em território polonês, aumentando a percepção, entre os participantes do mercado, de que ele possa avançar com sanções sobre a indústria russa de petróleo — o que diminuiria a oferta global da commodity.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/09/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TCP PARTICIPA DE SIMULAÇÃO DE MANOBRAS DE ATRACAÇÃO NO TPN-USP

Da Redação Portos e logística 11/09/2025 - 17:17



A TCP informou participou, com representantes da Marinha, da Portos do Paraná e do Sindicato dos Práticos dos Portos e Terminais do Paraná, de 8 a 10 de setembro, de simulação de manobras de atracação no Tanque de Provas Numéricos da Universidade de São Paulo (TPN-USP). Foram simuladas operações de atracação e desatracação de navios em diferentes cenários.

O objetivo, explicou Rafael Stein Santos, gerente institucional e jurídico da TCP, foi colher contribuições para a revisão da portaria que estabelece o calado operacional do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. Segundo ele, os resultados das simulações serão base para que novos incrementos do calado operacional sejam feitos de forma segura e rápida. “A expectativa é de que, em breve, o calado seja ampliado de 12,80 metros para 13,30 metros”, disse.

O diretor de operações da Portos do Paraná, Gabriel Vieira, explicou que, durante os estudos na USP, foram discutidas melhorias operacionais para todos os segmentos, que passarão a operar com o calado de 13,30 metros. “As simulações são fundamentais para garantir segurança e agilidade nas manobras de atracação e desatracação”.

O prático Marcos Vinicius de Lima Martini, que trabalha em Paranaguá, explicou que o estudo técnico foi realizado com as margens de segurança ratificadas no respectivo Estudo de Análise de Risco contratado pela TCP e gerenciado pela Praticagem de Paranaguá durante a simulação das manobras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/09/2025

MINISTRO VISITA PORTO DE MARSELHA E SEDE DA CMA CGM PARA DISCUTIR PARCERIAS

Da Redação Portos e logística 11/09/2025 - 17:12



O ministro de portos e aeroportos, Silvio Costa Filho, visitou, nesta quinta-feira (11), o Porto de Marselha, na França, para conhecer o funcionamento do terminal, que opera na movimentação de cargas e como hub de cruzeiros marítimos. Por ele, passam cerca de dois milhões de passageiros por ano.

Costa Filho explicou que está entre os objetivos do governo brasileiro trabalhar para que os portos do Brasil sejam sustentáveis e preparados para receber grandes embarcações. E destacou que busca também impulsionar o turismo de cruzeiros, sobretudo no Norte e no Nordeste.

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, que acompanhou Costa Filho na visita, destacou que Santos segue a mesma linha de modernização. “O Porto de Santos já estuda a transferência do terminal de cruzeiros para o Parque Valongo, fortalecendo o turismo e ampliando a atratividade do complexo”, explicou.

O ministro esteve também na CMA CGM Tower, sede do grupo em Marselha, para discutir com o CEO Rodolphe Saadé oportunidades de investimentos no Brasil, em especial em concessões portuárias. Além disso, foi debatida a possibilidade de uso do centro de treinamento da empresa para qualificação de trabalhadores dos setores logístico e marítimo.

Silvio Costa Filho explicou que a visita à empresa faz parte do projeto de ampliar a competitividade do setor portuário, atrair investimentos globais e, ao mesmo tempo, garantir qualificação da mão de obra brasileira que trabalha no setor marítimo e portuário. Segundo o MPor, a visita do ministro e da comitiva brasileira à França reforçou a cooperação bilateral e abriu novas perspectivas de investimentos e parcerias estratégicas, consolidando o compromisso do Brasil em modernizar e tornar mais sustentáveis os setores portuário e logístico.

A CMA CGM já investe no Brasil e em 2024 comprou, por cerca de R\$ 13 bilhões, o terminal da Santos Brasil. “O Brasil é estratégico para a CMA CGM. Queremos expandir nossas operações e fortalecer nossa presença no país, com novos investimentos e parcerias”, afirmou Saadé.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2025

DP WORLD INAUGURA ESCRITÓRIO DE AGENCIAMENTO DE CARGAS EM PORTO ALEGRE

Da Redação Portos e logística 11/09/2025 - 17:27



A DP World inaugurou em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, seu sexto escritório para agenciamento de cargas no Brasil. A empresa definiu a iniciativa como parte de sua estratégia de expansão no país e destacou que a capital gaúcha concentra importantes cadeias produtivas e industriais, com destaque para os setores de alimentos e bebidas, calçadista, metalmeccânico, automotivo e petroquímico.

Segundo a companhia, o escritório oferece serviços logísticos, incluindo transporte marítimo FCL (carga completa em contêiner) e LCL (carga fracionada em contêiner), transporte aéreo e transporte rodoviário doméstico de contêineres. Além disso, os serviços incluem acessoriamente armazenagem, seguro internacional e desembaraço aduaneiro.

Em 2024, a DP World inaugurou escritórios em Santos, São Paulo e Campinas, em São Paulo, Itajaí, em Santa Catarina, e em Curitiba, no Paraná. A empresa informou que ainda em 2025 será aberta uma unidade no Rio de Janeiro e que há previsão de abertura de representações em Manaus, no Amazonas, e em Fortaleza, no Ceará. A expectativa é que a ampliação da presença da companhia no Brasil gere 200 empregos diretos nas áreas de vendas, operações e administração.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/09/2025

PRODUÇÃO DE GRÃOS CHEGARÁ A 350 MILHÕES DE TONELADAS NA SAFRA 2024/2025

Da Redação Portos e logística 11/09/2025 - 16:44



O 12º Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgado na quinta-feira (11), prevê colheita de 350,2 milhões de toneladas de grãos no Brasil e recorde na safra 2024/25, superando o melhor resultado anterior, que fora registrado no ciclo 2022/2023, com 324,36 milhões de toneladas. Se confirmado o montante, ele representará crescimento de 16,3% em relação a 2023/2024 e aumento de 49,1 milhões de toneladas no volume total, com destaque para milho, soja, arroz e algodão, que, somados, chegarão a 47 milhões de toneladas a mais.

O boletim atribuiu o resultado previsto para a atual safra ao aumento de 1.9 milhão de hectares da área de cultivo, de 79,9 milhões de hectares para 81,7 milhões de hectares, e a condições climáticas

favoráveis, sobretudo no Centro-Oeste. O Mato Grosso é apontado como destaque e, segundo o documento, influenciou a recuperação na produtividade média nacional das lavouras em 13,7%, com estimativa de colheita de 4.284 quilos por hectare, contra 3.769 quilos por hectare na safra 2023/24.

O maior volume previsto é para a produção de soja, com 171,5 milhões de toneladas e 20,2 milhões de toneladas a mais que na safra passada, o que, segundo a Conab, será resultado do aumento da área semeada e da produtividade média nacional das lavouras graças a boas condições climáticas. O desempenho médio nacional das lavouras no atual ciclo é 3.621 quilos por hectare, o melhor registrado pela Companhia, com a maior produtividade em Goiás, com 4.183 quilos por hectare, e a menor no Rio Grande do Sul, com 2.342 quilos por hectare.

A Companhia estima que, por causa dos bons resultados na produção, o estoque inicial da soja ficará em 4,32 milhões de toneladas, e a expectativa é de que sejam exportadas 106,25 milhões de toneladas. Além disso, a previsão é de que 57 milhões de toneladas sejam destinadas ao mercado interno brasileiro.

A Conab indica também que a produtividade das lavouras de milho, estimada em 6.391 quilos por hectare e produção total de 139,7 milhões, será recorde na média nacional, somadas as três safras do grão. O aumento esperado para o volume colhido é de 20,9% em relação a 2023/24.

Na primeira safra, a produção estimada foi de 24,9 milhões de toneladas, com crescimento de 8,6% sobre a anterior. Na segunda, com 97% da área colhida e 3% em maturação, o crescimento esperado é de 24,4%, com 112 milhões de toneladas. E, para a terceira, cujas lavouras estão em desenvolvimento, são esperadas 2,7 milhões de toneladas.

O boletim da Conab informa ainda que há previsão de recorde também na colheita do algodão, com 4,1 milhões de toneladas e alta de 9,7% sobre a safra anterior, graças ao aumento de 7,3% na área semeada e às condições climáticas. No caso do arroz, cuja colheita já terminou, a produção alcançou 12,8 milhões de toneladas, 20,6% a mais que em 2023/2024 e a quarta maior registrada, atrás de 2010/2011, de 2004/2005 e de 2003/2004. E para o feijão a estimativa é de 3,1 milhões de toneladas, na soma das três safras do grão.

Já para o trigo, que teve redução de 19,9% de planto em relação à safra anterior, a produção estimada é de 7,5 milhões de toneladas, 4,5% a menos que na safra passada. Apesar da queda, é esperada recuperação da produtividade, passando de 2.579 quilos por hectare em 2024 para 3.077 quilos por hectare.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 11/09/2025

OCEANPACT E VAST FECHAM ACORDO PARA USO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NO PORTO DO AÇU

Da Redação Portos e logística 10/09/2025 - 22:16



A OceanPact e a Vast Infraestrutura fecharam acordo para o uso de HVO – Óleo Vegetal Hidrotreatado (Hydrotreated Vegetable Oil) para abastecer embarcações no Terminal de Líquidos do Açú (TLA), da Vast, no Porto do Açú, na região norte do estado do Rio de Janeiro. As empresas informaram que vão iniciar ainda em setembro os testes para uso de biocombustíveis no complexo portuário.

Os estudos técnicos, ambientais e operacionais vão avaliar o impacto da substituição parcial ou total de combustíveis fósseis por biocombustíveis e calcular as emissões evitadas. Segundo as empresas, o objetivo será avaliar a viabilidade do uso de

biocombustíveis no abastecimento das embarcações da OceanPact que atuam no terminal de transbordo de petróleo da Vast (T-Oil) e, com ele, contribuir com a descarbonização das operações.

Segundo Adriano Lima, diretor de sustentabilidade da Vast, o terminal da empresa fornecerá a infraestrutura para permitir o uso de biocombustíveis, além de funcionar como hub para armazenar e movimentar os líquidos. “O acordo assinado reforça nossa posição estratégica para a cadeia logística nacional e nosso papel relevante na descarbonização do setor marítimo”, disse.

As empresas já operam em conjunto para fornecimento de energia elétrica em terra (Onshore Power Supply – OPS) para as embarcações, no T-Oil. Segundo elas, o uso de eletricidade reduz o tempo de funcionamento dos motores durante a atracação, o que tem como consequência a diminuição de emissão de gases. “Reduzir as emissões de carbono em nossas operações representa avanço rumo à transição energética no setor marítimo”, afirmou Fernando Borensztein, diretor de sustentabilidade e novos negócios da OceanPact.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/09/2025

PSP EXIGIRÁ PREENCHIMENTO PRÉVIO DE FORMULÁRIO PARA ATRACAÇÕES EM PORTOS PARANAENSES

Da Redação Portos e Logística 10/09/2025 - 22:05



A Portos do Paraná informou, na última terça-feira (9), que, a partir de 3 de novembro, os agentes marítimos que operam nos portos de Paranaguá e de Antonina terão que anexar o Formulário de Pré-Inspeção de Segurança e comprovar a comunicação aos operadores portuários no sistema Porto Sem Papel (PSP) antes que os navios atracuem.

No formulário, o comandante da embarcação deverá informar quais equipamentos dispõe para o embarque e desembarque da tripulação, a situação dos conveses, dos porões, dos equipamentos de bordo e de

acessórios de estivagem. O objetivo, explicou a empresa que administra os portos paranaenses, é colocar a operação portuária em sintonia com as melhores práticas do setor e com a legislação brasileira de saúde e de segurança do trabalho.

O gerente de saúde e segurança do trabalho da Portos do Paraná, José Sbravatti, disse que a intenção é garantir que todas as operações portuárias sejam feitas em segurança. Segundo ele, a norma contempla acessos de circulação de pessoas e de equipamentos, incluindo guindastes e acessórios. “Precisam estar em plenas condições para garantir a segurança das pessoas que irão trabalhar”, disse.

As novas normas foram apresentadas na terça-feira aos agentes marítimos que atuam em Paranaguá e em Antonina, para tirar dúvidas e ouvir sugestões. Sbravatti explicou que caberá aos agentes marítimos organizar a logística para que as informações sejam prestadas.

Para isso, deverão enviar orientações ao comando do navio, informar ao operador portuário e registrar os dados no sistema Porto Sem Papel. A partir de então, após análise, a autoridade portuária concederá a permissão para que o navio possa atracar. A Portos do Paraná informou ainda que o texto do regulamento e o formulário da pré-inspeção estão disponíveis em sua página na Internet.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/09/2025

TRANSFORMAÇÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS GERA DESDOBRAMENTOS JURÍDICOS, ADUANEIROS E LOGÍSTICOS

Por Danilo Oliveira *Portos e logística 10/09/2025 - 21:13*



Para especialistas, reorganização da cadeia de supply chain, tarifaço e Reforma Tributária serão desafios para comércio exterior e setor logístico nos próximos anos

Os efeitos do tarifaço e a reorganização da cadeia de suprimentos global vão gerar uma série de impactos e transformações nos segmentos aduaneiro e tributário, como também na geopolítica e na logística mundial. No Brasil, também há perspectiva das modificações trazidas pela Reforma Tributária, que vão extinguir benefícios e incentivos fiscais estaduais gradativamente. Para o consultor sênior regional da

área de global trade & customs consulting e líder da prática para a costa leste e Latinoamérica da Maersk, Carlos Sueitt, é preciso olhar no cenário atual se a estrutura logística e de supply chain vai ser suficiente para atender a essas mudanças de eixo.

“Temos que pensar em espaço de armazenagem e de desembarço, capacidade dos portos, capacidade rodoviária e disponibilidade de mão de obra. Essa mudança de eixo num momento pouco propício, olhando a Reforma Tributária, vai encavalar com o tarifaço global”, disse Sueitt, que participou da mesa de debates “Tarifaço Global - Desdobramentos Jurídicos, Aduaneiros e Logísticos”, promovida em agosto (foto) pelo grupo de estudos em Direito Marítimo/Portuário e Aduaneiro do Rio de Janeiro.



Na ocasião, o sócio da área aduaneira e tributária do escritório Machado Meyer, Diogo Teixeira, chamou atenção para os impactos após 2030 por conta da Reforma Tributária. Ele avalia que algumas empresas com saldo credor expressivo de ICMS vão conseguir aliviar parte dos impactos, considerando que alguns estados brasileiros adotaram a possibilidade de venda desses saldos. O advogado entende que algumas empresas podem redirecionar parte do processo produtivo, a fim de atender aos requisitos das regras de origem que forem estabelecidas.

Em relação ao tarifaço, Teixeira observa que ainda existem muitas dúvidas do mercado sobre a consistência de informações sobre acordos feitos entre EUA e outros países. Ele entende que, a depender do produto e da pauta, o exportador é quem absorverá esse custo, o que gera desdobramentos de revisão de contratos e das políticas de preço e cai no aspecto aduaneiro e tributário.

Produtos como commodities, no entanto, estão mais sujeitos à volatilidade de mercado, o que gera insegurança porque não há margem tão grande. “A partir do momento que tem alteração no preço praticado na exportação de determinado produto, pode haver questões sobre preço de transferência, sobre valoração aduaneira sendo operações em que partes são acionadas”, analisou Teixeira.

Na visão de Sueitt, o processo de transição e a modificação das cadeias comerciais acontecem há algum tempo e não há perspectiva de voltar para o ‘status quo’. Ele lembrou que em 2018, no início do primeiro mandato de Donald Trump, houve tarifaço e medidas de contraposição, mas que estavam ligadas diretamente ao embate entre EUA e China (guerra comercial). Naquele momento, o Brasil estava dentro da lista de exceções, então o efeito foi mitigado.



A partir de 2025, porém, esse cenário mudou com a taxaço imposta pelos EUA sobre produtos brasileiros, sem mecanismo de reduço das cotas. “Nã acho que vai voltar, essa deve ser a mesma tendêcia — talvez amenizando através da negociaço e reduzindo o impacto nas tarifas ou suspendendo ou postergando até a reestruturaço do fluxo normal do comex”, comentou Sueitt.

Teixeira acrescentou que o Brasil tem uma complexidade aduaneira na importaço que ainda está em processo de simplificaço. Além das tarifas maiores, ele identifica que a certificaço de origem passa a ser mais relevante para fiscalizaço nos EUA e cumprimento do exportador no Brasil. O advogado observa que empresas brasileiras muitas vezes nã conseguem exportar para os Estados Unidos porque nã cumprem requisitos de certificaço de origem impostos pelo país. “É preciso ter alternativa para nã ficar com produto estocado, principalmente se é um produto perecível”, apontou.

Sueitt disse que o compliance aduaneiro deixou de ser custo operacional para empresas e passou a ser componente estratégico para regular operaço no comércio aduaneiro. Ele vê o compliance internalizado pelas empresas como ferramenta para alavancagem, na medida em que aumenta controles internos e tem visibilidade melhor da cadeia e dos processos, permitindo a identificaço de pontos de gargalos da operaço, sobreposiço de tarefas e otimizaço da cadeia como um todo. “Nã é tendêcia, é o ‘must have’. Precisa ter política boa de compliance aduaneiro para ter ‘permissã para jogar’ no cenário global”, comentou.

Sueitt ressaltou que o setor já passa por momento de muitas incertezas com a mudanço da cadeia logística global. Ele citou as constantes ameaças, como o fechamento do Mar Vermelho, a seca no Panamá e a indisponibilidade de contêineres e de espaço em navios, que geram aumento no frete e dos tempos de entrega.

Para Sueitt, talvez essa situaço atual possa alavancar a transiço do eixo tributário para o logístico, com possibilidades de ampliaço de infraestrutura como um todo, incluindo mecanismos de escoamento de produço e centros de distribuço. “Existe a oportunidade de redesenhar sua malha logística de forma a atender esse novo cenário”, frisou.

Ele acrescentou que, com a extiço dos incentivos após 2030, mudanço do driver de decisões, buscando reduço de custos, melhor tempo de entrega das cargas surgem alguns questionamentos, por exemplo se haverá investimentos em ampliaço da infraestrutura que atenda essa mudanço de eixo e às necessidades complexas para o desenvolvimento de novas rotas.

Sueitt acredita que a consulta feita na Organizaço Mundial do Comércio pelo Brasil é um mecanismo disponível para discussão em ambiente internacional, porém a OMC perdeu força de execuço. “Todas as discussões nesta corte estão paradas. Mesmo que seja aprovado, é um ‘ganha, mas nã leva’. Do ponto de vista técnico e de governo, o caminho é esse: buscar vias de soluço. Elas têm vigêcia, mas nã têm aplicabilidade por conta da corte de apelaço”, comentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/09/2025



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte: InforMS

Data: 11/09/2025